

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



esmape

BIBLIOTECA JOSÉ DE SOUZA FERRAZ

♦ NÃO RISQUE
♦ NÃO DOBRE AS PÁGINAS
♦ PRESERVE-O!

esmape

BIBLIOTECA JOSÉ DE SOUZA FERRAZ

- NÃO RISQUE
- NÃO DOBRE AS PÁGINAS
- PRESERVE-O!

340.047
T822r
1985
ex. 1
Consulta

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO

Relatório Biênio 1984/1985



MI20080669

(RB: 4019) 1985
340.047 T822r 0401

ÓRIO
4-1985

4019
20080669

BIBLIOTECA
ESMAPE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO



RELATÓRIO
dos trabalhos realizados
no biênio 1984/85
e apresentado pelo
Desembargador Benildes de Souza Ribeiro
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado de Pernambuco.

PARA UM VIVER FELIZ

Arranje tempo para **sorrir**, o riso é a música da alma

Arranje tempo para **brincar**, brincar é a fonte da juventude

Arranje tempo para **pensar**, pensar é a fonte do poder

Arranje tempo para **orar**, a oração constrói o maior poder da **Terra**

Arranje tempo para **amar e ser amado**, o amor é um privilégio concedido por Deus

Arranje tempo para **dar**, o dia é muito curto para sermos egoístas

Arranje tempo para **trabalhar**, o trabalho é o preço do sucesso

Arranje tempo para **Deus**, pois este é o caminho de um viver **Feliz**.

Norman Vicente Peale

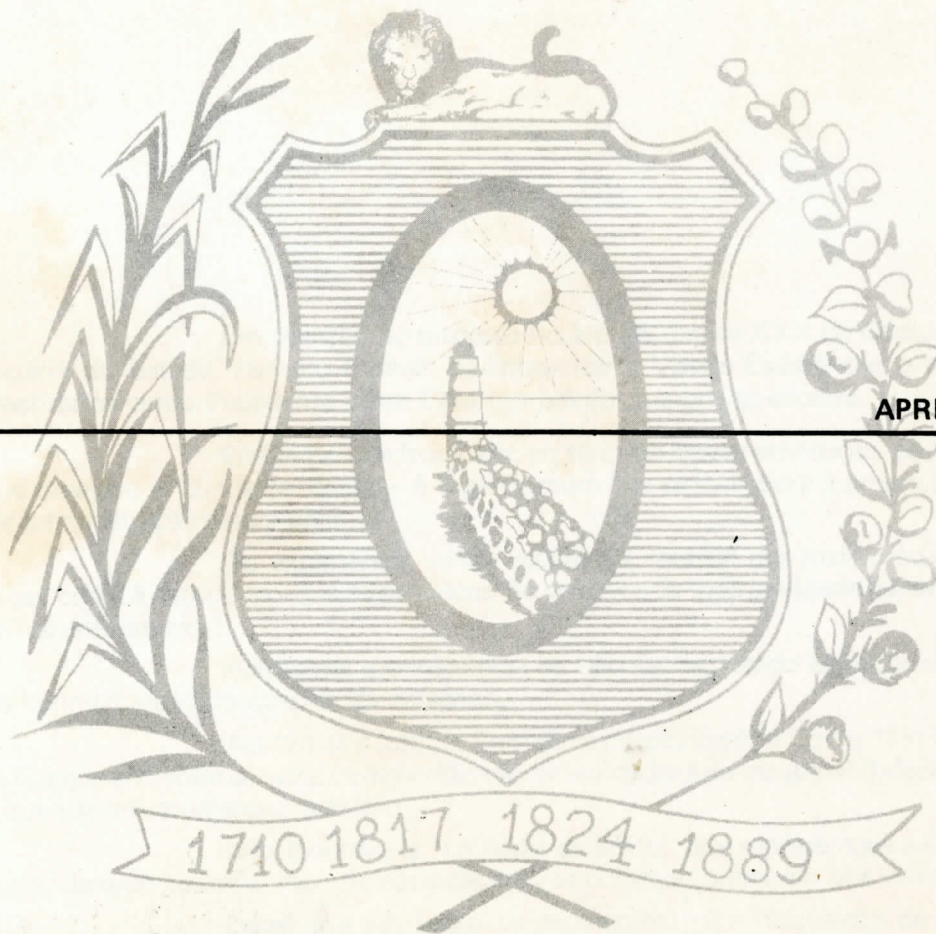


Des. Benildes de Souza Ribeiro

Des. Benildes de Souza Ribeiro

Assumiu o exercício da desembargadoria em 01 de dezembro de 1975, e a presidência do Tribunal de Justiça em 07 de janeiro de 1984, presidindo simultaneamente o Conselho da Magistratura. Foi Corregedor em 1979, sendo reeleito no ano seguinte para um mandato de dois anos.

BIBLIOTECA
ESMAPE



APRESENTAÇÃO

ESMAPE - BIBLIOTECA

Tomb. MI 20080669

Data 13/05/2008

Ch. 00004019 C

17

APRESENTAÇÃO

Senhores Desembargadores

Em atenção ao disposto no art. 25, inciso XXX do Código de Organização Judiciária do Estado, cumpro o dever de apresentar a Vossas Excelências o relatório dos trabalhos realizados como Presidente desta Casa, no biênio que ora se encerra.

Proclamar-me frustrado, ao término dessas atividades, por não ter realizado o que desejava — condescenda-se — é lugar-comum que se incorpora à prestação de contas de qualquer administração responsável.

Da experiência vivida recolhe-se cabedal dos mais pródigos, ficando lições amargas, como é natural, porque os percalços são próprios de toda atividade humana. Nem por isso guardo ressentimentos.

Alenta-me a consciência de não ter regateado esforços no sentido de dignificar o honroso mandato que me foi delegado.

Ao tomar posse na Presidência desta Egrégia Corte, fí-lo compenetrado dos desafios que enfrentaria, sabia da dimensão das dificuldades e da insuperabilidade de algumas delas, sem que isso me arrefecesse o ânimo.

Não ignorava o "rochedo de Sísifo" que representava a Chefia do Judiciário, Poder de tudo carente, máxime considerando-se o Estado pobre em que vivemos.

Constante em todos os momentos foi a disposição de buscar solução dos problemas mais agudos que nos afligiam.

Fui e sempre serei um obstinado na persecução da melhoria das condições de trabalho e de remuneração para magistrados e servidores da Justiça na sua acepção mais ampla.

Compensa-me, afinal, concluir que, dadas minhas limitações pessoais e diante dos recursos materiais disponíveis, fiz o que foi possível realizar.

Para tanto, no que dependeu dos demais Poderes, afirmo não ter faltado o decisivo apoio do Exmo. Sr. Governador do Estado, Eminentíssimo Professor Roberto Magalhães, e da Augusta Assembléia Legislativa no acolhimento às propostas do Judiciário.

Recebi dos Exmos. Srs. Secretários de Estado, inequívocas demonstrações de apreço, destacando pela maior frequência de entendimentos com esta Presidência, as Secretarias da Justiça, Fazenda e Administração.

Oficialmente e em clima de amenidade, mantive os melhores relacionamentos com as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Quando da instalação de Comarcas e Fóruns, no que, modestia à parte, minha gestão parece ter sido recordista, sempre procurei requintar de solenidades aqueles eventos, para assim infundir no espírito da comunidade local uma receptiva mensagem de confiança e respeito pelo Poder Judiciário. Testemunho da compreensão de tão alto propósito, explica, em parte, o afluxo de Prefeitos e representantes de Câmaras Municipais ao Gabinete desta Presidência, solidários e oferecendo préstimos para a concretização de suportes materiais que ensejassem funcionamento mais condizente à administração da justiça em suas Comunas.

Sem relegar o dever perante esta Casa, engajei-me, de corpo e alma, na cruzada nacional em prol do soerguimento do Poder Judiciário. O que fiz, não com veleidade de vanguardismo nem com a pretensão de liderança local ou regional, mas, como soldado de uma falange que o momento histórico ditava não comportar comodismo ou deserção.

Ombro a ombro com os que abraçavam essa causa, porfíei com destemor pela autonomia e independência do Poder que integramos e ao qual procuramos servir com dignidade e o melhor dos propósitos.

Certo estou, de não ter sido vã essa pregação a que me filiei por ideal. Mobilizada foi a consciência nacional para o aprimoramento das instituições democráticas, de cuja textura, decerto, emergirá um Poder Judiciário digno de sua destinação constitucional.

É preciso incutir na mentalidade da atual geração, irrequieta e deslumbrada ante as vertiginosas conquistas científicas e tecnológicas, que não é sensato exigir do Poder Judiciário, na fase de subdesenvolvimento em que, infelizmente, ainda se encontra, uma resposta à altura dos clamores de uma sociedade dinâmica e ávida de soluções definitivas e prontas.

Há de condescender-se que, menos por inércia sua, o organismo judiciário não se modernizou. Entre nós, ainda persistem práticas reinóis. Só recentemente iniciou-se a aplicação da Informática nos serviços judiciais.

Somente quando varrida de todo a estrutura arcaica e adequado à

administração da justiça o auxílio dos recursos da moderna tecnologia é que se poderá cobrar do Poder Judiciário a prestação de serviço que corresponda, por aproximação, aos seus teóricos e ideais desígnios.

Numa visão global, o desempenho da máquina judiciária foi razoável, jamais faltando de minha parte atuação incentivadora no sentido de objetivar índices mais positivos de rendimento.

No âmbito das atividades jurisdicionais do Tribunal de Justiça vem se acentuando a cada exercício a exigência de maior esforço de Vossas Excelências, ante o crescente número de processos submetidos à apreciação.

Quanto à judicatura de primeira instância, de modo geral, foi satisfatório seu desempenho no período. Intensa a movimentação no seu quadro.

Com a realização de concurso para Juiz de direito, tornou-se possível o preenchimento de Comarcas vagas, felizmente reduzindo-se a casos inevitáveis e por curto período, o inoperante regime de substituição cumulativa, sem dúvida, ruinoso, mormente no interior, quando persistente.

Apraz-me registrar que uma das grandes metas do Judiciário será alcançada na próxima administração, quando se construirá o Fórum da Comarca da Capital.

A esta Presidência, conferiu-se o privilégio de receber das mãos do Exmo. Sr. Governador Roberto Magalhães, certidão de escritura pública celebrada em 03.12.85, em preliminar, entre o Estado de Pernambuco e a URB—Recife, para efeito de desapropriação de área de 40.000 m², localizada na Ilha Joana Bezerra, destinada à construção e instalação do Fórum desta cidade. Os projetos arquitetônicos e a maquete dão notícia do majestoso prédio, de características modernas e funcionais, de sorte a acompanhar as necessidades decorrentes do crescimento populacional do Recife.

Entre os registros mais significativos no sentido de capacitar a justiça de 1º grau ao melhor desempenho de suas atividades, mencione-se o preenchimento, através de promoção, de 40 cargos de Juiz de Direito Substituto de 2ª e 3ª Entrâncias, sendo 20 em cada uma delas.

Igualmente, reporto-me à instalação das Comarcas de Sanharó, Lagoa dos Gatos, Jurema, Condado e Cumaru.

Por outro lado, refira-se que na Comarca da Capital, efetuou-se a instalação de quatro (4) Varas Privativas da Assistência Judiciária, no Edifício Amirel, à Rua da Aurora, nº. 1377, que passou a abrigar também a 1ª Vara que funcionava no pavimento térreo do Fórum Paula Batista. Esse anexo, que proporciona satisfatórias acomodações às Varas da Assistência Judiciária, servirá a tal finalidade até a construção e instalação do novo Fórum, na ilha Joana Bezerra.

Exultei em ver convertida em lei a tão reclamada oficialização, ora

administração da justiça o auxílio dos recursos da moderna tecnologia é que se poderá cobrar do Poder Judiciário a prestação de serviço que corresponda, por aproximação, aos seus teóricos e ideais desígnios.

Numa visão global, o desempenho da máquina judiciária foi razoável, jamais faltando de minha parte atuação incentivadora no sentido de objetivar índices mais positivos de rendimento.

No âmbito das atividades jurisdicionais do Tribunal de Justiça vem se acentuando a cada exercício a exigência de maior esforço de Vossas Excelências, ante o crescente número de processos submetidos à apreciação.

Quanto à judicatura de primeira instância, de modo geral, foi satisfatório seu desempenho no período. Intensa a movimentação no seu quadro.

Com a realização de concurso para Juiz de direito, tornou-se possível o preenchimento de Comarcas vagas, felizmente reduzindo-se a casos inevitáveis e por curto período, o inoperante regime de substituição cumulativa, sem dúvida, ruinoso, mormente no interior, quando persistente.

Apraz-me registrar que uma das grandes metas do Judiciário será alcançada na próxima administração, quando se construirá o Fórum da Comarca da Capital.

A esta Presidência, conferiu-se o privilégio de receber das mãos do Exmo. Sr. Governador Roberto Magalhães, certidão de escritura pública celebrada em 03.12.85, em preliminar, entre o Estado de Pernambuco e a URB—Recife, para efeito de desapropriação de área de 40.000 m², localizada na Ilha Joana Bezerra, destinada à construção e instalação do Fórum desta cidade. Os projetos arquitetônicos e a maquete dão notícia do majestoso prédio, de características modernas e funcionais, de sorte a acompanhar as necessidades decorrentes do crescimento populacional do Recife.

Entre os registros mais significativos no sentido de capacitar a justiça de 1º grau ao melhor desempenho de suas atividades, mencione-se o preenchimento, através de promoção, de 40 cargos de Juiz de Direito Substituto de 2ª e 3ª Entrâncias, sendo 20 em cada uma delas.

Igualmente, reporto-me à instalação das Comarcas de Sanharó, Lagoa dos Gatos, Jurema, Condado e Cumarú.

Por outro lado, refira-se que na Comarca da Capital, efetuou-se a instalação de quatro (4) Varas Privativas da Assistência Judiciária, no Edifício Amirel, à Rua da Aurora, nº. 1377, que passou a abrigar também a 1ª Vara que funcionava no pavimento térreo do Fórum Paula Batista. Esse anexo, que proporciona satisfatórias acomodações às Varas da Assistência Judiciária, servirá a tal finalidade até a construção e instalação do novo Fórum, na ilha Joana Bezerra.

Exultei em ver convertida em lei a tão reclamada oficialização, ora

abrangendo as serventias e ofícios de justiça da Comarca da Capital.

Neste particular, renda-se a devida homenagem ao ilustre Des. Gabriel Cavalcanti, de cujo trabalho decisivo em harmônica conjugação de esforços com os órgãos de direção desta Casa e com a compreensão dos Egrégios Legislativo e Executivo, resultou a Lei nº. 9.726, de 16 de outubro de 1985, que representou uma conquista, por que não dizer, redentora, de uma classe que se estiolava em crise econômica insustentável.

A próxima etapa a ser vencida consistirá em estender a oficialização às serventias judiciais do interior.

Sistema mais expedito e eficaz de substituição foi propiciado com o advento da Lei nº. 9.466, de 12.6.84, oriunda de proposta encaminhada na proficiente gestão anterior, que criou cargos de Juiz de Direito Substituto nas 3 Entrâncias, outorgando sua designação por ato da Presidência do Tribunal. Por outro lado, consagrou medida de bom alcance prático, ao permitir a designação desses juizes, sem limitação de competência, para auxiliar titular de Comarca ou Vara, havendo conveniência de serviço.

Projeto de Lei de grande repercussão na justiça do interior, encaminhou esta Presidência, em outubro de 1985, ao Exmo. Sr. Prof. Roberto Magalhães, Governador do Estado a fim de ser encaminhado à Augusta Assembléia Legislativa. A criação de Varas e Comarca, inclusive em municípios recém-emancipados da Região Metropolitana foi uma preocupação do Projeto que, ao mesmo tempo, cuidou da especialização de Varas da Assistência Judiciária em Comarcas de maior porte.

Com o objetivo de reorganizar os serviços auxiliares do Tribunal de Justiça, cuja estrutura acha-se desatualizada, inclusive face à implantação de novos órgãos incorporados ao sistema administrativo da Casa, encontra-se na ilustre Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº. 619, enviado para apreciação em maio de 1985. Entre outras providências importantes, criam-se Serviços dos quais não mais pode prescindir o Judiciário, como seja, Assistência Policial Militar, Cerimonial, Assessoria de Imprensa e Núcleo de Organização e Sistemas.

Deixo concluído para apreciação do Plenário desta Casa o novo Plano de Classificação de Cargos e Salários do Tribunal de Justiça, bem como elaborada para o mesmo fim, a Resolução que estabelece a estrutura orgânica do Tribunal, atualizando-a à realidade administrativa da Casa.

De outra parte, matéria que estava a exigir tratamento normativo constituiu objeto da Resolução nº. 16/85, de 29.5.85, que preconizou ser da competência privativa do Poder Judiciário, através do seu Plenário, a atribuição de nomes aos Fóruns e quaisquer outras repartições da Justiça Comum em todo o Estado. Em boa hora, foi editado este ato normativo, haja vista que em algumas Comarcas, autoridades estranhas à Justiça já esboçavam a pretensão de exercitar tal prerrogativa, que implicava em usurpação de competência exclusiva do Poder Judiciário.

Com especial carinho, menciono a Resolução nº. 17/85, de 13 de maio de 1985 que criou a Medalha do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado, galardão conferível a pessoas físicas ou jurídicas que tenham se distinguido pelos relevantes serviços prestados à causa da justiça, ou pelos seus méritos excepcionais no campo do Judiciário.

Com a instituição desta alta comenda, quis o Tribunal de Justiça cultuar a memória do herói e mártir da Revolução Praieira, o insigne Desembargador e Parlamentar Joaquim Nunes Machado, pernambucano de Goiana que, nos idos de 1839, quando no Congresso Nacional, em discurso candente já "denunciava a existência de uma conspiração de há muito formada para aniquilar o Poder Judiciário."

Cumprir ainda destacar a Resolução nº. 20/85, aprovada na última sessão plenária desta Corte, através da qual regulamentou-se a gratificação de que trata o parágrafo 2º. do art. 3º. da Lei nº. 9.726, de 16.10.85.

Contratei com firma idônea a execução do Projeto de Modernização e Racionalização do Arquivo Geral deste Tribunal, cujos estudos técnicos realizaram-se na gestão anterior.

Coube a esta Presidência a honra de promover nesta Capital o I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, evento memorável, assinalando as comemorações do 162º. aniversário do antigo Tribunal da Relação.

Pernambuco também foi anfitrião do I Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça do Nordeste.

Afora os Encontros de Juízes nas sedes das Circunscrições em número de cinco no biênio, saliento a realização de conclaves interestaduais (quatro) de Magistrados, confraternizando paraibanos, alagoanos e baianos, que representaram momentos culminantes de conagração e intercâmbio cultural-pedagógico.

Sob minha Presidência, o Tribunal de Justiça, mediante convênio com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), passou a manter, observadas as diretrizes baixadas com a Resolução nº. 14/84, de 27.8.84, um serviço de aprendizagem e aprimoramento de atividades para menores carentes. Em execução ao convênio, pela FEBEM foram postos à disposição do Tribunal, dez (10) menores compreendidos na faixa etária de 14 a 17 anos, aqui admitidos no desempenho de atividades condizentes com sua idade e aptidão, proporcionando-se-lhes ingresso no mercado de trabalho e paralelamente contribuindo-se para sua boa formação e sadio desenvolvimento.

Fiz editar, por cortesia do Banco Econômico S/A, o formulário contendo modelos de despachos e sentenças, organizado pelo Juiz paulistano Sidnei Agostinho Beneti. O trabalho teve sua reprodução autorizada pelo Exmo. Sr. Des. Bruno Affonso de André, então Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Toda a tiragem, de boa feição, foi distribuída gratuitamente aos juízes deste Estado, representando contribuição prática de grande utilidade, mormente para os que estão se iniciando na carreira judicante.

Deliberando prestigiar o Poder Judiciário, o Chefe do Executivo, Professor Roberto Magalhães, concedeu a esta Presidência a alta honra de assumir transitoriamente o cargo de Governador do Estado para que, na minha querida Agrestina, sendo seu Prefeito Constitucional meu irmão Benito de Souza Ribeiro, inaugurasse, como o fiz, em 25 de janeiro último, o prédio do Fórum Deputado Elias Libânio Silva Ribeiro, reverenciando a memória do meu saudoso pai, que por mais de seis lustros, exerceu o Tabelionato e Escrivania naquela Comarca.

Não pretendo me alongar nessa exposição prefacial, a ela faço incorporar os Anexos que, com notas informativas e índices estatísticos, condensam e refletem as realizações da Corte, no todo de suas atividades, no biênio 1984—1985.

Quero expressar aos meus ilustres pares, aos eminentes Juízes, à douta Procuradoria Geral e ao Ministério Público como um todo, os meus reconhecimentos pela colaboração prestada.

No tocante à Secretaria, contei com a lealdade e préstimos inestimáveis da bela. Ângela Maria Alves de Souza, auxiliada pela eficiente atuação dos Diretores de Departamentos, Maria Thereza das Chagas Monteiro, Apolônio Almeida, Dione Vasconcelos Esteves, Maria Christina Oliveira de Souza, Tertuliano Feitosa Neto e Gaiber Cordeiro Pires.

Consigno os meus agradecimentos à Secretária do Conselho da Magistratura, bela. Judite Alcântara, de prestimosidade e eficiência inexecedíveis, e ao Sr. Administrador do prédio do Palácio, bel. Antonio Costa de Abreu, pela diligência com que se houve.

Louvo a dedicação do Major Antonio Alberto da Silva e da jornalista Helena Maria Ribeiro Fernandes, respectivamente da Assistência Policial Militar e da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça.

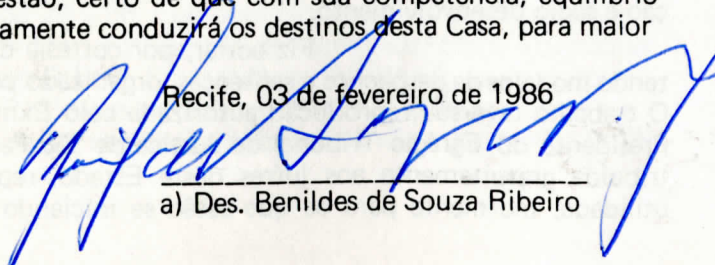
Ao Dr. Leduar Monteiro Cavalcanti, Juiz da Capital, sou grato pela valiosa contribuição.

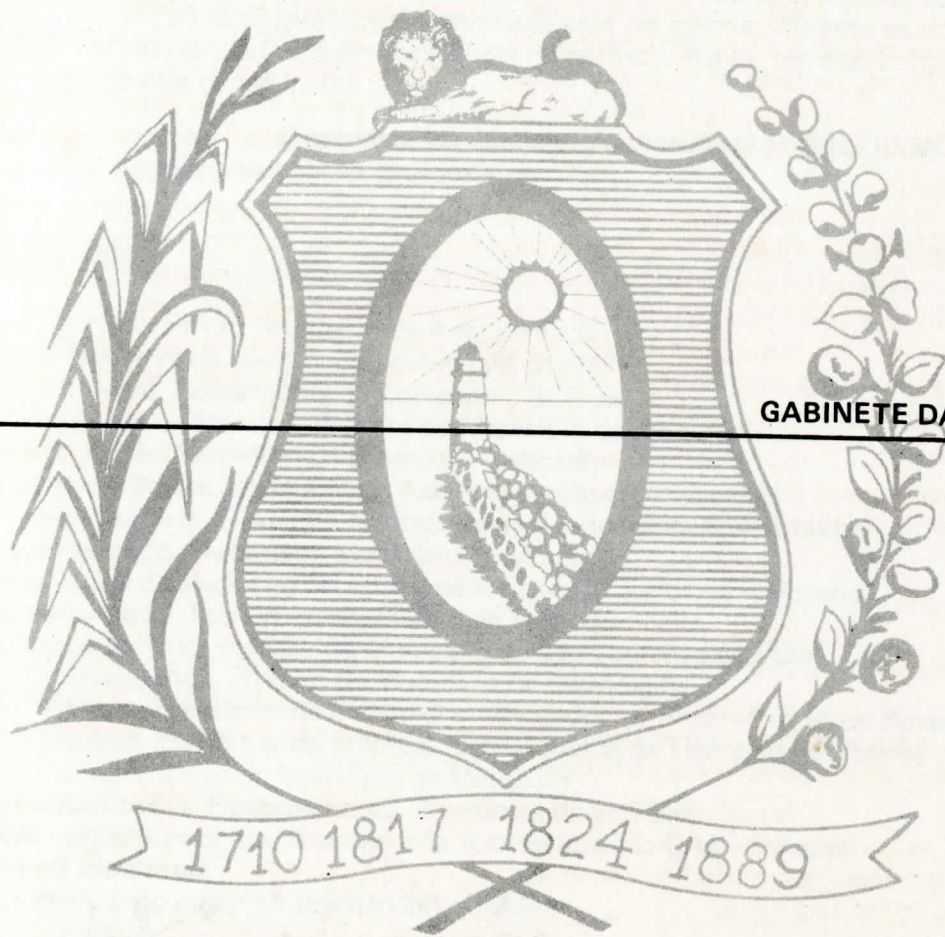
Destaco, finalmente, a eficiência do bel. Rinaldo Mota na Chefia do Gabinete, onde registro a colaboração prestimosa de Gilda Vinhas e Maria Iracy Lapa Mota.

A todos que de qualquer forma contribuíram para o cumprimento da missão finda, especialmente os que deixei de nominar para não me expor a involuntárias e injustas omissões, a minha sempiterna gratidão.

Ao novo Presidente, eminente Desembargador Cláudio Américo de Miranda, desejo ex-corde a mais profícua gestão, certo de que com sua competência, equilíbrio e espírito público sempre demonstrados, sabiamente conduzirá os destinos desta Casa, para maior enaltecimento do Poder Judiciário.

Recife, 03 de fevereiro de 1986


a) Des. Benildes de Souza Ribeiro



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A Presidência adotou durante o biênio o sistema de portas abertas, atendendo aos que ali se dirigiram, independentemente de agenda. Durante os dois expedientes, mais de 20 audiências diárias foram concedidas no período. Assim, torna-se impossível mencionar o fluxo de audiências do gabinete.

O gabinete foi chefiado pelo bacharel RINALDO MOTA e registrou, entre as visitas e audiências algumas protocolares:

Fevereiro — 1984

Deputado Horácio Ferraz, Secretario de Administração
Cel. Walter Benjamin de Medeiros, Comandante da PMPE
Cel. Walcecy Lopes, Comandante da Companhia de Guarda
Dr. José Fagundes de Menezes, Prefeito do Município de Jaboatão
Dr. Gilberto Xavier, Secretário de Finanças — Jaboatão
Dr. Alexandrino Barros, Secretário de Assuntos Jurídicos — Jaboatão
Cel. Iberlúcio Inácio de Oliveira, Comandante da Academia de Polícia Militar
Sr. Edvard Bernardo, Prefeito do Município de Moreno
Dra. Neusa Maria de Medeiros, Secretária para Assuntos Jurídicos — Moreno
Sr. Élio Xavier de Sá, Prefeito do Município de Tacaratu
Sr. José Lapenda Filho, Prefeito do Município de São Lourença da Mata
Sr. José Carlos Lapenda, Prefeito do Município de Camaragibe
Dr. Hélio Mariano, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil—Secção de Pernambuco
Dr. Paulo Queiroz, Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
Sr. Célio Guerra, Prefeito do Município de Machados
Dra. Fernanda Cristina Farias de Souza, Presidente do SUTEPE
Dr. Walter Augusto Andrade, Presidente da Subseccional da OAB—Caruaru
Dep. Mavial Cavalcanti
Dr. Hugo Melo, Procurador da Assistência Judiciária
Dr. Celso Rodrigues
Cap. Egberto Batista, da Capitania dos Portos
Industrial Onofre Lacerda
Dr. Luiz Marques, Assessor Jurídico do Banco Econômico

Março

Cel. Isaque Fernandes de Souza, Comandante do Batalhão de Caruaru
Sr. Elias Libânio
Tabelião Salviano Machado
Dr. Ruy Lins de Albuquerque, Presidente do Tribunal de Contas do Estado
Dep. Maviael Cavalcanti
Dr. José Nilton de Freitas Coelho, Procurador Geral da Prefeitura de Teresina—PI
Des. Almir Fonseca, do Tribunal de Justiça da Paraíba
Dr. Fernando Martinez, Embaixador de Honduras
Dr. Bernhard Kalscheuer, Cônsul Geral da Alemanha
Dr. Edward Torre, Cônsul dos Estados Unidos
Toshikatsu Hatta, Cônsul do Japão
Ministro Oscar Gallié, Cônsul da Argentina
Dr. Fulvio Padovani, Cônsul da Itália
Dr. Antonio Adelino Alves Ribeiro, do Espírito Santo
Dr. Carlos Alberto Lustosa, Presidente da OAB—Subsecção de Petrolina
Sr. Argemiro Batista do Nascimento
Sra. Edna Amorim
Wandenkolk Wanderley, Procurador do IPSEP
Bel. Otávio Lobo (Conselheiro da OAB)
Sr. Joaquim Bené
Sr. Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto, Prefeito do Município de Abreu e Lima
Dr. José Arnaldo do Amaral, Prefeito do Município de Olinda
Dr. Fernando José de Melo Correia., Procurador Jurídico do Município de Olinda
Elias Gomes da Silva, Prefeito do Município do Cabo
Sr. Antonio Bernardo Ribeiro, Prefeito do Município de Jataúba
Sra. Maria Frazão de Aquino, Prefeita do Município de Orobó
Sr. Vice-Prefeito do Município de Orobó
Sr. Yves de Albuquerque, Prefeito do Município de Itapissuma
Sr. Jurandir Bezerra Lins, Prefeito do Município de Igarassu
Sr. Antonio Bernardo Ribeiro, Prefeito do Município de Jataúba
Sr. Roque Barbosa de Souza, Diretor de Viação e Obras do Município de Jataúba
Dra. Letícia Conrado, Promotora Pública
Srs. Juízes de Direito das Comarcas do Interior

Abril

Dr. Paulo Gonçalves Santos Filho, Presidente do CETEPE
Jornalista Aluisio Furtado de Mendonça
Dr. Sávio Vieira, Secretário do Trabalho e Ação Social

Srs. Gerentes do BANDEPE - Ag. Centro e Posto do Tribunal
Conselheiro Honório Rocha
Dr. Celso Rodrigues
Sr. Cunha Primo
Sr. Ademir Cunha
Vereador Pedro Eurico
Dr. Silvio Pessoa
Dr. Alexandrino Barros Filho, Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Jaboatão
Delegada Dra. Nair Gusmão
Professor Pinto Ferreira
Des. Justino Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Dr. Paulo Germano de Magalhães, Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Luiz Renato Bueno, Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Dr. José Vieira Filho, do Rio de Janeiro
Dr. Paulo Rodrigues, Consultor da Prefeitura da Cidade do Recife
Deputado Felipe Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa
Deputado Severino Cavalcanti
Deputado Roosevelt Gonçalves
Dra. Afife Cauás
Deputado Fernando Coelho
Sra. Helena Rosa Borges
Cel. Clidenor de Moura Lima, Chefe do SNI
Dr. José Henrique Wanderley Filho
Prof. Ruy Antunes
Sr. Ademar da Costa Carvalho
Sr. Isaac Xavier
Dr. Gilberto Marques Paulo, Secretário da Justiça
Dr. Deocleciano Oliveira Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria da Justiça
Dr. Reinaldo Travassos, do DETRAN
Dr. João Batista, do Grupo João Santos
Dra. Ruth Ferraz, da Justiça Federal
Dr. Milton Gouveia
Dr. Fernando Coelho
Dr. Paulo Coelho

MAIO

Deputado Estadual Murilo Paraíso
Deputado Sérgio Guerra
Deputado Gonzaga Patriota

Prof. Flávio Guerra
Dr. Euclides Martins
Dr. Hélio Mariano
Dr. Sócrates Times de Carvalho
Sr. Fernando Canejo
Dr. Tito Aureliano
Sr. Geraldo Coelho
Dr. Luiz Carlos de Andrade, da CHESF
Sr. Luiz Gonzaga, Presidente da Câmara de Vereadores de Caruaru
Sra. Walburga Volkhausek, do Consulado da Suíça, na Bahja
Dr. Edísio Pereira
Dr. Eudes de Souza Leão
Dr. Luiz Alberto, Secretário de Finanças da Prefeitura
Sr. Antonio Pereira da Silva Filho
Dr. Paulo Queiroz, Presidente do CETEPE
Dr. José Múcio, Secretário dos Transportes
Conselheiro Jarbas Maranhão, do Tribunal de Contas
Dep. Marcos Cunha
Dr. Fernando Coelho
Dr. Paulo Coelho
Dep. Carlos Porto
Sr. Valdemar Torres, Prefeito do Município de Canhotinho
Dr. Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, Secretário da Fazenda
Dr. Gilberto Marques Paulo, Secretário da Justiça
Dr. José Arnaldo, Prefeito do Município de Olinda
Dr. Carlos Alberto de Oliveira, Presidente do IPSEP
Dr. Jeová Cabral, Prefeito de Parnamirim

JUNHO

Dra. Ruth Ferraz, da Justiça Federal
Vereadores de Igarassu
Sra. Isnard de Moura
Sra. Alba Tavares Correia
Sr. Rubem Guimarães, da Revista NORDESTE ECONÔMICO
Sr. Mário Luiz Crippa, da Revista COMARCAS
Prof. Humberto Vasconcelos, Diretor do DETELPE
Eng^o Luiz França Leite, Sub-Diretor do DETELPE
Dr. João Domingos Pessoa Guerra
Deputado Geraldo Melo
Deputado Marcos Vasconcelos

Dr. Dilson Magalhães, Secretário de Saúde do Município de Abreu e Lima
Jornalista Aluizio Furtado de Menezes

JULHO

Dr. João Monteiro
Dr. Armando Monteiro Filho
Sr. Miguelito Santos
Sr. Paulo Roberto Monteiro, Gerente da SEAGRAM's
Dr. Artur Lima Cavalcanti
Dr. Aguinaldo Viriato de Medeiros, Secretário de Planejamento
Delegado do Brejo da Madre de Deus
Dr. José Inácio da Silva
Dr. José Cavalcanti Filho, Juiz de Direito do Estado do Ceará
Dr. Gil Alcoforado, Cônsul de Portugal
Dr. Flávio Pinheiro, do Tribunal de Justiça de São Paulo
Sr. Waldemar Bezerra de Almeida, Prefeito do Município de Vertentes

AGOSTO

Dra. Hilda Ferreira
Dep. José Luiz de Melo
Sr. Ademar da Costa Carvalho
Srs. Diretores do Clube de Diretores Lojistas
Dep. Paulo Mendonça
Prof. Salomão Jaroslavsky
Sr. Edson Moury Fernandes
Sr. Homero Lacerda
Sr. Antonio Antão de Carvalho
Dr. Roberto Salgueiro
Sr. Wilson Lustosa
Sr. José Almeida
Dr. Tito Aureliano
Sr. Altair Bezerra da Silva, Presidente da Associação dos Supermercados
Ministro Miguel Seabra Fagundes
Des. Alcebiádes Vieira Chaves, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Presidente
Des. Edgar Maia Lassance Cunha, do Tribunal de Justiça do Pará - Presidente
Des. Sebastião Sobreira Teixeira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
Des. Jorge Fernandes Figueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Sr. e Sra. Diego Asencio, Embaixador dos Estados Unidos
Dr. Luiz Garcia, Procurador do Estado do Espírito Santo e Presidente da CNEC-ES
Sr. José Rolim da Silva, Prefeito do Município de Ibimirim

SETEMBRO

Dr. Aluizio Furtado de Mendonça
Sr. Luíz Farias, do Jornal do Comércio
Sr. Nivaldo Araújo, do Diário de Pernambuco
Dr. Fernando Correia, Procurador Jurídico da Prefeitura de Olinda
Dep. Murilo Paraíso
Dr. Gilvandro Coelho
Vereador José Neiva de Siqueira, da Câmara de Águas Belas
Dr. Clélio Lemos
Sra. Ariadne Quintela, do Jornal do Comércio
Dep. Cantalício Cabral
Des. Luis Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal
Dr. Carmine Antonio Savino, do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, do Estado do Rio de Janeiro
Participantes do I Seminário Nacional sobre Reforma Civil Penal e Processual
Dr. Eugênio Tedesco, do Estado do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente da AJURIS e diretor do Forum
Sr. João Fernando de Lima, Prefeito de Água Preta
Sr. José Correia de Oliveira, Prefeito do Município de Glória do Goitá
Dr. José Guzman Herrera, Embaixador do Peru

OUTUBRO

Dep. Mansueto de Lavor
Dr. Adauto José de Melo, Juiz da Justiça Federal
Dr. Genival Matias, Juiz da Justiça Federal
Dr. José Batista de Almeida Filho, Juiz da Justiça Federal
Dr. Sérgio Coutinho
Prof. Paulo Viana
Sr. Mamede de Melo Silva, Prefeito da Lagoa dos Gatos e esposa
Dr. Torquato de Castro
Sr. Gustavo Perez Queiroz, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Sr. Josias Albuquerque, Diretor do SENAC
Sr. João Maia, Presidente da Federação do Comércio Varejista
Dep. Roosevelt Gonçalves
Dep. Cintra Galvão
Diretoria do BANDEPE
Dr. Marlos Jacob, Superintendente da SUDENE
Dr. João Falcão Ferraz
Dr. Abdias Moura

SETEMBRO

Dr. Aluizio Furtado de Mendonça
Sr. Luís Farias, do Jornal do Comércio
Sr. Nivaldo Araújo, do Diário de Pernambuco
Dr. Fernando Correia, Procurador Jurídico da Prefeitura de Olinda
Dep. Murilo Paraíso
Dr. Gilvandro Coelho
Vereador José Neiva de Siqueira, da Câmara de Águas Belas
Dr. Clélio Lemos
Sra. Ariadne Quintela, do Jornal do Comércio
Dep. Cantalício Cabral
Des. Luis Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal
Dr. Carmine Antonio Savino, do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Eduardo Sócrates Castanheira Sarmiento, do Estado do Rio de Janeiro
Participantes do I Seminário Nacional sobre Reforma Civil Penal e Processual
Dr. Eugênio Tedesco, do Estado do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente da AJURIS e diretor do Forum
Sr. João Fernando de Lima, Prefeito de Água Preta
Sr. José Correia de Oliveira, Prefeito do Município de Glória do Goitá
Dr. José Guzman Herrera, Embaixador do Peru

OUTUBRO

Dep. Mansueto de Lavor
Dr. Aduino José de Melo, Juiz da Justiça Federal
Dr. Genival Matias, Juiz da Justiça Federal
Dr. José Batista de Almeida Filho, Juiz da Justiça Federal
Dr. Sérgio Coutinho
Prof. Paulo Viana
Sr. Mamede de Melo Silva, Prefeito da Lagoa dos Gatos e esposa
Dr. Torquato de Castro
Sr. Gustavo Perez Queiroz, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Sr. Josias Albuquerque, Diretor do SENAC
Sr. João Maia, Presidente da Federação do Comércio Varejista
Dep. Roosevelt Gonçalves
Dep. Cintra Galvão
Diretoria do BANDEPE
Dr. Marlos Jacob, Superintendente da SUDENE
Dr. João Falcão Ferraz
Dr. Abdias Moura

Dr. Manoel Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco
Dep. Mavíael Cavalcanti
Dr. Artur Carvalho
Dep. Gonzaga Patriota
Sr. Luiz Portela de Carvalho, Prefeito de Palmares
Prof. Flávio Guerra
Juiz José Fernandes Dantas, Presidente do Tribunal Federal de Recursos
Comitiva da Assistência Judiciária do Estado do Piauí
Dra. Maria das Graças Mendes, do Piauí
Dra. Marleide Matos Torquato, do Piauí
Dra. Clotildes Costa Carvalho, do Piauí
Mr. Marcel Fleury, Consul Geral da França
Dr. Ro Myoung Cong, Embaixador da Coréia do Sul
Dep. Geraldo Barbosa
Sr. José Pedro Raymundo Sobrinho, Prefeito do Município de Cachoeirinha
Sr. Valdemir Aquino de Freitas, Prefeito do Município de Sanharó
Sr. Lívio Lima
Concluintes da UNICAP-Direito/84-dezembro
Dr. Alexandre Kruse Grande, Delegado Regional do Trabalho
Dr. Onofre Borba, da Delegacia Regional do Trabalho

NOVEMBRO

Dep. Pedro Correia
Dr. José Fagundes de Menezes
Sr. Sinval Cavalcanti de Siqueira, Prefeito de Sertânia
Dra. Maria das Graças Pereira dos Santos, Vereadora de Escada
Sr. Ademar da Costa Carvalho
Sr. Luiz Portela de Carvalho
Dep. Mansueto de Lavor
Dep. Cintra Galvão
Dep. Artur Lima
Dr. Carlos Alberto Castro de Oliveira, Presidente do IPSEP
Oficiais de Justiça da Capital
Dep. Gonzaga Patriota
Vereador Djelson Bezerra, do Município de Toritama
Sr. Valdemir Aquino de Freitas, Prefeito de Sanharó
Dr. Maurício Godoi, Procurador do Pará
Dr. Mário Henrique Moura, Procurador do Estado do Pará
Dr. Walter Gorenflos, Embaixador da República Federal da Alemanha
Dr. Pekka J. Korvenheimo, Embaixador da Finlândia

Des. Hyrton Xavier da Matta, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Dr. José Hardman Norat, Juiz Corregedor da Paraíba
Des. Ennio Bastos de Barros, aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Dr. Souto Maior Borges
Grupo de 35 alunos da Academia de Polícia Militar de Pernambuco
Dr. José Magalhães Melo
Sr. Odorico Lobato Freyre, Prefeito do Município de Catende
Sr. José Humberto Sampaio Canejo, Prefeito de Serrita
Dr. Luiz de Magalhães Melo
Dr. Tito Aureliano
Sr. Ademar da Costa Carvalho
Dr. Clélio Lemos
Cel. Nelson Lucena, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar
Vereador Pedro Eurico
Dr. Admaldo Matos, Secretário de Habitação
Dr. Dorival Carvalho, Gerente do BNH
Sr. Sinval Ribeiro
Sr. Mamede de Melo Silva e senhora, Prefeito de Lagoa dos Gatos
Dr. José Joaquim de Almeida Neto
Sr. Valdemir Aquino Farias, Prefeito do Município de Sanharó
Sr. Severino Tibúrcio Cavalcanti
Dr. Carlos Fernandes, Corregedor da Secretária de Segurança Pública
Dr. Luiz Figueiroa

DEZEMBRO

Dr. Ruy Guerra Barreto
Sr. Ivanildo Souto da Cunha
Jornalista Waldomiro Arruda
Ten.Cel. Geraldo de Siqueira Albuquerque, Comandante do 9º BPM-Garanhuns
Dr. Paulo Coelho
Dr. Darley Ferreira
Dep. Luiz Gonzaga de Vasconcelos
Sr. Mamede de Melo Silva, Prefeito do Município de Lagoa dos Gatos
Cel. Clidenor de Moura Lima, Chefe do SNI
Dr. Elpídio Gomes Rodrigues, de Londrina-PR
Dr. Adriano Antonio de Carvalho, Embaixador de Portugal e esposa
Dr. Sérgio Couto, da OAB-RJ
Des. Otoniel Diniz, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Des. Orismar Bastos, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Janeiro - 1985

Cel. José Mariano
Dr. Paulo Gonçalves, Diretor-Presidente do CETEPE
Dr. Rubem Benvindo Ferreira Costa
Dr. Aldo Mota
Dr. Luiz Pandolfi
Dep. José Aglailson
Profª Lucinete Jordão
Dr. João Bosco Tenório
Dr. Sérgio Lobo Jardim
Dr. Maviael Pontes
Sr. Amaro Ferreira de Albuquerque, Prefeito do Município de Barra de Guabiraba
Sr. Carlos Augusto de Araújo, Vice-Prefeito do Município de Barra de Guabiraba
Sr. Manoel Cordeiro de Lacerda, Prefeito do Município de Granito
Dr. Leucio Lemos - advogado
Dr. Marcílio Valença
Sr. José Anacleto Correia, Prefeito do Município de Jurema
Dr. Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, Secretário da Fazenda
Dr. Giovanni Cribari
Dr. Ney Maranhão
Dr. Roberval Magalhães, do BANDEPE
Dr. Anselmo Luiz, da EMOPER
Dr. Siqueira Campelo, Diretor da EMOPER
Ministro Djaci Alves Falcão, do Supremo Tribunal Federal
Ministro Luiz Rafael Mayer, do Supremo Tribunal Federal
Dr. Felipe Tiago Gomes, Presidente da CNEC - Brasília
Des. Gabriel Cuba dos Santos, do Tribunal de Justiça de São Paulo
Des. Manuel Neuzimar Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Amazonas
Dr. George Menezes Gomes, Presidente do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo

FEVEREIRO

Vereador Digerson Soares Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de Toritama
Dr. Ageu Marinho
Sr. Virgílio Gomes
Sr. Décio Magalhães Nunes
Dr. José Paulo
Sr. Ricardo Figueiroa
Sr. Paulo Roberto Galvão de Medeiros
Dr. Walfredo Ferreira Lima Neto

Janeiro - 1985

Cel. José Mariano
Dr. Paulo Gonçalves, Diretor-Presidente do CETEPE
Dr. Rubem Benvindo Ferreira Costa
Dr. Aldo Mota
Dr. Luiz Pandolfi
Dep. José Aglailson
Prof^a Lucinete Jordão
Dr. João Bosco Tenório
Dr. Sérgio Lobo Jardim
Dr. Mavíael Pontes
Sr. Amaro Ferreira de Albuquerque, Prefeito do Município de Barra de Guabiraba
Sr. Carlos Augusto de Araújo, Vice-Prefeito do Município de Barra de Guabiraba
Sr. Manoel Cordeiro de Lacerda, Prefeito do Município de Granito
Dr. Leucio Lemos - advogado
Dr. Marcílio Valença
Sr. José Anacleto Correia, Prefeito do Município de Jurema
Dr. Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, Secretário da Fazenda
Dr. Giovanni Cribari
Dr. Ney Maranhão
Dr. Roberval Magalhães, do BANDEPE
Dr. Anselmo Luiz, da EMOPER
Dr. Siqueira Campelo, Diretor da EMOPER
Ministro Djaci Alves Falcão, do Supremo Tribunal Federal
Ministro Luiz Rafael Mayer, do Supremo Tribunal Federal
Dr. Felipe Tiago Gomes, Presidente da CNEC - Brasília
Des. Gabriel Cuba dos Santos, do Tribunal de Justiça de São Paulo
Des. Manuel Neuzimar Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Amazonas
Dr. George Menezes Gomes, Presidente do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo

FEVEREIRO

Vereador Digerson Soares Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de Toritama
Dr. Ageu Marinho
Sr. Virgílio Gomes
Sr. Décio Magalhães Nunes
Dr. José Paulo
Sr. Ricardo Figueiroa
Sr. Paulo Roberto Galvão de Medeiros
Dr. Walfredo Ferreira Lima Neto

Dep. Osvaldo Rabelo, Presidente da Assembléia Legislativa
Sr. José Gil Borges
Sra. Danúbia Maia
Dr. Edinaldo Lins
Dr. Darley Ferreira
Cônego Antônio Alves
Sra. Dulce Queiroz Gueiros
Dep. José Liberato
Dr. João Pinheiro Lins - advogado
Sra. Smiramis Coutinho Luz, de Salvador - BA
Mr. Bernard Dosin, Embaixador da França
Gen. Paulo Figueiredo Andrade - ex-chefe do EM/IV Exército
Gen Alberto Evilásio de Barros Gondim, Chefe do EM/IV Exército

MARÇO

Dep. Geraldo Barbosa
Dr. Celso Rodrigues
Sr. José Pedro Raimundo, Prefeito de Cachoeirinha
Dr. Otávio Correia
Dep. José Liberato
Sra. Célia Vasconcelos
Dr. Adolfo Oliveira
Sr. Dimas Souto Pedrosa
Dr. Humberto Fernando Bezerra, Gerente da Caixa Econômica Federal
Sr. Augustinho Rufino de Melo, Prefeito do Município de Santa Cruz do Capibaribe
Dr. José Moacir Faveti, Superintendente do Departamento de Polícia Federal
Dep. José Aglailson
Dr. Luciano José Lapa, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Dr. Cláudio Leite, da Assessoria Jurídica da EBCT
Dr. Javier Illanies Fernandez, Embaixador do Chile
Brigadeiro Fred Hoffman Dalia
Brigadeiro Dilson Lira Castelo Branco Verçosa
Dr. Pessoa da Silva, do Rio de Janeiro
Des. Cristóvão Daiello Moreira, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Sr. Elpídio Rodrigues, de Londrina—PR
Dr. Pranon Kongsamut, Embaixador da Tailândia
Sra. Francilda Moreira da Silva

ABRIL

Dep. Cintra Galvão

Sr. Severino Ferreira da Silva, Prefeito de Palmeirina
Sr. José Anacleto Correia e Sá, Prefeito de Jurema
Sr. Antonio Carvalho
Sr. Francisco de Assis Alves de Carvalho, Prefeito de Mirandiba
Dr. Adelson Ramos
Sr. José Antonio dos Santos Neto
Sra. Rizete Millet de Andrade Lima
Dr. Alcides Rodrigues
Gen. Harry Albert Schnarndorf, Comandante do IV Exército, em exercício

MAIO

Dr. José Almir Borges, Secretário de Imprensa do Governo do Estado
Sr. Israel Cordeiro de Almeida, Prefeito de Brejo da Madre de Deus
Dr. Luiz Otávio de Melo Cavalcanti, Secretário da Fazenda
Sr. João Fernandes de Lima, Prefeito do Município de Água Preta
Dr. José Inácio da Silva
Jornalista Thais Notare
Jornalista Garibaldi Sá
Sr. Severino Ferreira da Silva, Prefeito do Município de Palmeirina
Sr. José Pedro Raimundo, Prefeito do Município de Cachoeirinha
Dep. Geraldo Barbosa
Dr. Fernando Coelho, Presidente da OAB-Secção de Pernambuco
Dr. Jorge Neves, Tesoureiro da OAB-PE
Dr. Carlos Eduardo, Conselheiro da OAB-PE
Sr. Paulo Afonso V. Sampaio, Prefeito do Município de Salgueiro
Dr. Paulo Marcelo, Vice-Presidente da OAB-PE
Gen. Fernando Guimarães Cerqueira Lima, comandante do IV Exército
Dr. Luiz Carlos Aquino Matos, Assessor do Ministério da Justiça
Dr. Fernando Lyra, Ministro da Justiça
Des. Paulo da Rocha Mendes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Dr. Danilo Antonio Barreto Acioli, Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas
Dr. Herman Assis Beta, Presidente do Conselho Federal da OAB
Dr. Felipe Tiago Gomes, Presidente da CNEC

JUNHO

Dr. Olimpio Costa Júnior
Dr. Paulo Queiroz, Presidente do CETEPE
Dr. Aguinaldo Viriato de Medeiros, Secretário do Planejamento
Grupo de Oficiais Capitães da Polícia Militar de Pernambuco
Dr. Paulo Lustosa, Ministro da Desburocratização

Des. Fabricio de Melo, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Dra. Fany Fabricio de Melo
Dr. Astolfo Antonio Muniz Saavedra, Cônsul da Argentina
Dr. Knor Eng Hee, Embaixador da Malásia

JULHO

Dr. José Fagundes de Menezes, Prefeito do Município de Jaboação e Vereadores:

Edmar de Oliveira

Ivanildo Enéas

Manoel Pereira da Costa

Manoel Panta

Severino José Ribeiro

Sr. Miguel Mendonça, Chefe do Gabinete do Prefeito

Dr. Carlos Augusto de Albuquerque

Dep. Airon Rios, Secretário da Desburocratização

Sr. Honorato Cabral de Souza Santos, Prefeito de Condado

Dep. Luiz Heráclio

Dr. Givaldo Cerqueira da Silva, Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Dr. Cláudio Leite, Assessoria Jurídica da EBCT

Dep. Roosevelt Gonçalves

Sr. Vicente Venâncio Gonçalves de Lima, Prefeito do Município de Cumaru

Dom José Cardoso Sobrinho, Arcebispo de Olinda e Recife

Des. Jorge Menezes Gomes, do Tribunal de Justiça de São Paulo

Des. Renato Pedroso, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

AGOSTO

Dr. Geraldo Gueiros Leite

Dep. Severino Cavalcanti

Sra. Suely Toledo Cabral

Sr. Volney Lundgren

Dep. Cintra Galvão

Dr. Luiz Heráclito

Sr. Amaro Nascimento, Tabelião e Oficial do Cartório de Imóveis da Comarca de Jaboação

Dr. José Soares Filho, Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho

Juiz Jasson Ayres Torres, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Juiz Norberto Baruffaldi, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Juiz Francisco de Paula Xavier Neto, do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná

Dep. Manoel Ramos

Sr. Severino Gonçalves de Lima, Prefeito do Município de Belém de Maria

SETEMBRO

Sr. Luiz Epaminondas Filho, ex-Prefeito do Município de Custódia
Sr. José Jesus Mendes Fernandes
Sr. José Luiz, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Igarassu
Vereador Braz Batista
Dep. Luiz Gonzaga de Vasconcelos
Dep. Maviael Cavalcanti
Sr. Honorato Cabral de Souza Campos, Prefeito do Município de Condado
Dr. Miguel Mendonça, Chefe de Gabinete do Prefeito de Jaboatão
Dr. Estênio Cantarino Cardozo, Juiz da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro
Dr. Rubens Salzano, Superintendente Regional do IAPAS
Dr. Otávio Garibaldi Pinto, Procurador Regional do IAPAS
Dr. Renê Vasconcelos Bandeiro
Diplomata Pekka Korvenheimo, Embaixador da Finlândia

OUTUBRO

Dr. Fernando Coelho, Presidente da OAB-PE
Dr. Paulo Casé, Secretário da Prefeitura de Caruaru
Sr. Israel Cordeiro de Almeida, Prefeito do Município do Brejo da Madre de Deus
Sr. Honorato Cabral de Souza Campos, Prefeito do Município de Condado
Sr. Vicente Venâncio Gonçalves de Lima, Prefeito do Município de Cumaru
Sr. José Anacleto Correia e Sá, Prefeito do Município de Jurema
Sr. Sinval Cavalcanti de Siqueira, Prefeito do Município de Sertânia
Dep. Antonio Airton Banjamim
Dr. João Basto, do INCRA
Dr. João Mendonça, Diretor do INCRA
Des. Roberto Hermidas Aragão, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Des. Manuel Neuzimar Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Dr. Miguel Langbeck
Des. José Eduardo Grande Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
Dr. Bernhard Kalscheuer, Cônsul da República Federal da Alemanha
Sr. Carlos Josimar Lapenda, Prefeito do Município de Camaragibe
Equipe Técnica da FIDEM

NOVEMBRO

Dr. José Fagundes de Menezes, Prefeito do Município de Jaboatão
Dep. Geraldo Barbosa

Ministro Djaci Falcão, STF

Sr. Joaquim Antonio, Prefeito do Município de Toritama e Vereadores:

Luís José de Souza

Albino Barros de Souza

Darci de Farias Silva

Albertino Pedro Etegio

Edvaldo Rufino da Silva

Heleno Elias de Macedo

Raimundo Alves de Souza

José Pedro Lourenço

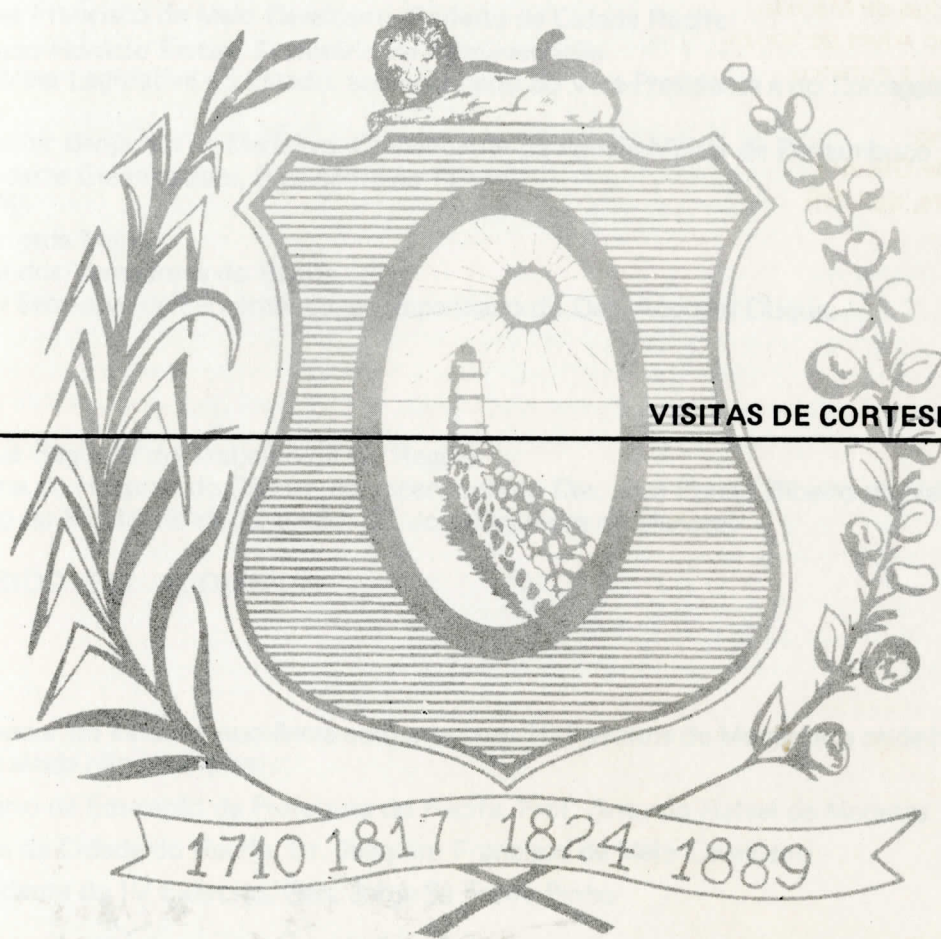
Dep. José Tinoco

Dep. José Liberato

Dep. Inocêncio de Oliveira

Dr. Valdir Oliveira, da URB

BIBLIOTECA
ESMAPE



VISITAS DE CORTESIA REALIZADAS

VISITAS DE CORTESIA REALIZADAS

1984

Dr. Roberto Magalhães, Governador do Estado
Gen. Jorge Sá Freire Pinho, Comandante do IV Exército
Dr. José Francisco de Melo Cavalcanti, Prefeito da Cidade Recife
Deputado Horácio Ferraz, Secretário de Administração
Assembléia Legislativa do Estado, acompanhado do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça
Cel. Walter Benjamin de Medeiros, Comandante da Polícia Militar de Pernambuco
Dr. Gildarte Giambastiani, Presidente da TELPE
CETEPE
10a. Brigada Militar
Câmara dos Vereadores do Recife
OAB – Seccional de Pernambuco, acompanhado do Des. Augusto Duque.

1985

Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região
Diretoria do Hospital do Câncer, acompanhado do Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
Prefeito do Município de Jaboatão, Dr. José Fagundes de Menezes

RECEBIDO EM AUDIÊNCIA

1984

Governador do Estado. Audiência conjunta com 16 Prefeitos de Municípios onde há comarcas criadas ainda não instaladas.
Secretário de Educação da Prefeitura do Recife, Prof. Antonio Rafael de Menezes
Prefeito da Cidade do Recife, Dr. Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti
Comandante do IV Exército, Gen. Jorge Sá Freire Pinho

1985

Governador do Estado – Roberto Magalhães Melo

SOLENIDADES PROMOVIDAS

1984

- 01/02 — Sessão Solene de posse do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
- 06/02 — Sessão Solene de posse do Desembargador Demócrito Ramos Reinaldo
- 13/02 — Sessão Solene de posse do Desembargador João David de Souza Filho
- 16/04 — Lançamento do Livro "1000 Perguntas — Direito Processual Civil", do Desembargador Cláudio Américo de Miranda, no Salão Nobre do Palácio da Justiça
- De 31/05 a 03/06 — I Encontro Interestadual de Magistrados — Pernambuco/Paraíba, em Caruaru, no Hotel do Sol
- 08/08 — Sessão Solene de Abertura do I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, no Teatro Santa Isabel, sob a Presidência do Governador do Estado, Dr. Roberto Magalhães
- 13/08 — Sessão Solene de Encerramento do I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça e comemorações dos 162 anos de instalação do Tribunal da Relação de Pernambuco, no Salão das Sessões do Tribunal de Justiça, proferindo conferência, na ocasião, o Des. Antonio Carlos Alves Braga, do Tribunal de Justiça de São Paulo
- De 18 a 20/10 — II Encontro Interestadual de Magistrados — Pernambuco/Alagoas, no Centro de Convenções do Hotel Tavares Correia, em Garanhuns
- De 13 a 15/12 — III Encontro Interestadual de Magistrados — Pernambuco/Paraíba, no Hotel do Sol, em Taquaritinga do Norte
- 19/12 — Aposição da placa alusiva à Conclusão do Curso de Direito UNICAP/84—2 no 1º andar do Palácio da Justiça.
Patrono da Turma: Des. Benildes de Souza Ribeiro
- 12/12 — Sessão de Encerramento do Ano Judiciário de 1984.
Posse do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
Eleição do Corregedor Geral da Justiça para o biênio 1985/1986.

1985

- 25/03 — Conferência do Des. Cristóvam Daiello Moreira, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no Salão de Sessões Plenárias do Palácio da Justiça
- De 28 a 30/03 — IV Encontro Interestadual de Magistrados — Pernambuco/Alagoas, no Hotel do Sol, em São José da Coroa Grande

- 12/07 — Descerramento da Placa dos Bacharelados de Direito UNICAP/85—1
Colação de Grau e Coquetel, no Palácio da Justiça
- 12/08 — Comemorações do 163º. Aniversário do Tribunal de Justiça—PE
Fórum de Debates, no Tribunal de Justiça, Salão das Sessões
Lançamento dos livros "O SENTIDO DE UMA LUTA" e o "O PODER JUDICIÁRIO
E A FUTURA CONSTITUIÇÃO", do Des. Benildes de Souza Ribeiro, no Salão Nobre
do Palácio da Justiça
- 13/08 — Missa de Ação de Graças, no Mosteiro de São Bento
Celebrante Dom Hélder Câmara
Sessão Solene e Conferência do Prof. Pinto Ferreira, na Sala das Sessões do Tribunal
Pleno
- 19/08 — Sessão Solene de Posse do Desembargador Luiz Belém de Alencar
- 10/09 — Homenagem ao Major Antonio Alberto Silva e ao Ten. Cel. José Lázaro de Souza
pelas suas promoções
- 26 2 27/09 — Exposição de Quadros, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, em comemoração
aos 55 anos de sua construção
- 16/10 — Coquetel oferecido pelo Tribunal de Justiça aos Dirigentes do IRIB
- 27 a 29/11 — V Encontro Estadual de Magistrados de Pernambuco reunindo juízes da circunscrição
judiciária de Vitória de Santo Antão e do Recife no Município de Gravatá
- 23/12 — Sessão Solene de Encerramento do Ano Judiciário de 1985
Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para
o biênio 1986/1987
Homenagem aos 160 anos do Diário de Pernambuco
Aposição do Retrato do Des. Gabriel Lucena Cavalcanti, na Galeria dos ex-Presidentes
Aposição da Placa "SALA IVANILDO FONTOURA DE OLIVEIRA"

COMENDAS RECEBIDAS

1984

Medalha do Mérito Guararapes – Outorgada pelo Governador do Estado

Diploma de Sócio Honorário da Associação dos Magistrados Piauienses

Comenda do Mérito – Grau de Comendador – Outorgada pelo Presidente da República

Medalha do Mérito – Grau Cruz Judiciário – Outorgada pela AMAGIS (Assoc. de Magistrados de Minas Gerais)

Título de Cidadão de São Bento do Una

1985

- 11/06 – Medalha Pernambucana do Mérito Policial-Militar, outorgada pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, Cel. Nelson Lucena
- 16/06 – Título de Cidadão de Cachoeirinha
- 14/06 – Título de Cidadão de Carnaíba
- 13/08 – Medalha do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado
- 30/08 – Medalha Comemorativa do Cinquentenário do Clube Português, outorgada ao Tribunal de Justiça do Estado
- 27/09 – Título de Cidadão de Igarassu
- 21/11 – Título de Cidadão da Paraíba – outorgado pela Assembléia Legislativa da Paraíba
- 19/12 – Comenda, no Grau de Gran Cruz, da Ordem do Mérito Capibaribe da Cidade do Recife – outorgada pelo Prefeito da Cidade do Recife, Dr. Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

1986

- 10/01 – Medalha do “Jubileu de Prata”, do Clube de Diretores Lojistas

PALESTRAS PROFERIDAS

1984

- 21/02 — Aula Inaugural na Academia de Polícia Militar do Paudalho — PE
- 21/03 — Saudação à TV—MANCHETE, no Cabanga late Clube
- 27/03 — Palestra na OAB—Subsecção de Caruaru para o Prefeito, Rotary Club e Associações Comercial e Industrial de Caruaru
- 24/05 — Palestra na Assembléia Legislativa do Estado, sob o tema "A CRISE DO JUDICIÁRIO"
- 07/06 — Palestra na Associação Comercial de Pernambuco, sobre "SOERGUMENTO DO PODER JUDICIÁRIO, MODIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO PENAL E PENITENCIÁRIA, com a EXTINÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE AFROUXAMENTO"
- 11/06 — Alocução na Capitania dos Portos — Escola de Aprendizes Marinheiros, sobre o 11 de junho — Batalha do Riachuelo
- 09/08 — Palestra, durante almoço do Rotary Club, no Clube Português
- 16/08 — Palestra, no Encontro de Magistrados Piauienses, - em Terezina
- 21/08 — Palestra no SESI — Paratibe, durante almoço promovido pelo Rotary de Paulista
- 26/10 — Palestra, no Auditório da Faculdade de Ciências da Administração, da FESP, no III Encontro de Vereadores de Pernambuco
- 31/10 — Conferência sobre "A CRISE DO JUDICIÁRIO", em Itabuna — BA
Durante o Encontro dos Magistrados do Sul da Bahia
- 19/11 — Palestra no Lions Club — Moreno
- 29/11 — Saudação aos novos Advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil —
Seccional de Pernambuco

1985

- 30/01 — Palestra, durante almoço do Rotary Club, no Clube Português, sobre a "A Crise do Judiciário"
- 19/09 — Conferência na Faculdade de Direito da Bahia, promoção do Banco Econômico
- 02/10 — Palestra proferida na Sessão de Abertura do I Congresso Brasileiro de Direito Privado e Constituinte, no Auditório da UNICAP, promoção do Instituto de Direito Privado

- 12/10 — Saudação aos participantes do 12º Encontro Nacional de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, no Recife Pálace Hotel
- 25/10 — Palestra na Faculdade de Direito de Caruaru, sobre o tema: "Tribunal de Justiça e o Poder Judiciário"
- 30/10 — Conferência promovida pelo Rotary Club de Boa Viagem, no Hotel Savaroni

VIAGENS REALIZADAS

1984

- De 18 a 23/06 — São Paulo — a trato de assunto referente à Informática a ser implantada no Judiciário Pernambucano
- De 05 a 19/07 — Juazeiro —BA — Encontro Regional de Advogados do São Francisco
- De 30 a 31/07 — Salvador —BA — XXIX Congresso Nacional da CNEC
- De 15 a 18/08 — Terezina —PI — Encontro de Magistrados Piauienses
Posse do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral — PI
- De 31/08 a 09/09 — Brasília—DF — Posse do Ministro Sydney Sanches no Supremo Tribunal Federal
XI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis
Abertura da Convenção de Diretores Lojistas
- De 04 a 06/09 — Belém—PA — III Encontro Regional de Magistrados do Estado do Pará

1985

- De 31/01 a 02/02 — Itabuna—BA
- De 04 a 05/02 — Picuí—PB — Festa da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
- 06/03 — Maceió — Contato com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas — Assunto: Encontro Interestadual de Magistrados
- De 28/03 a 30/03 — São José da Coroa Grande — IV Encontro Interestadual de Magistrados Pernambuco/Alagoas, no Hotel do Sol em São José da Coroa Grande
- De 10 a 14/04 — Vitória—ES — II Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, em

- Vitória, Estado do Espírito Santo
- 07/06 – Pedra—Inauguração do Fórum
- De 14 a 16/08 – Carnaíba. Receber Título de Cidadão de Carnaíba
- 27/08 – Correntes – Inauguração do Fórum
- 13/09 – Paulo Afonso—BA – III Encontro de Magistrados do São Francisco, em Paulo Afonso—BA
- 19/09 – Salvador—BA. Conferência na Faculdade de Direito de Salvador—BA
- 27/09 – Igarassu. Inauguração do Fórum
- 17/10 – Fortaleza—CE. Posse do Dr. José Maria de Melo, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
- De 05 a 07/11 – Brasília. Audiência de Presidentes de Tribunais de Justiça com o Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney
- 08/11 – Santa Cruz do Capibaribe. Inauguração do Fórum
- 09/11 – Sanharó. Inauguração do Fórum
- 11/11 – Condado. Instalação da Comarca e Inauguração do Fórum
- 21/11 – Paraíba – Receber Título de Cidadão Paraibano
- De 03 a 10/12 – Manaus—AM – para proferir palestras

1986

- De 29/12 a 01/01 São Luiz—MA para assistir a posse da nova Diretoria do Tribunal de Justiça do Maranhão
- De 02 a 05/01 – Terezina—PI – para assistir a posse do Des. Paulo de Tarso Melo e Freitas, na Presidência do Tribunal de Justiça do Piauí e participar do III Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais

FÓRUNS INAUGURADOS

1984

- 01/05 – **Fórum Prof. Rorinildo da Rocha Leão** – Comarca de Joaquim Nabuco
- 28/07 – **Fórum Dr. Fausto Campos** – Comarca de São José do Egito

- 16/10 — Fórum Dr. Humberto da Costa Soares — Comarca do Cabo
18/12 — Fórum Dr. Irajá D'Almeida Lins — Comarca de Timbaúba

1985

- 31/05 — Fórum Alonso Bernardo — Comarca de Palmeirina
07/06 — Fórum Artur Tenório Lima — Comarca de Pedra
16/06 — Fórum Francisco Leite Martins — Comarca de Cachoeirinha
30/06 — Fórum Des. Rodolfo Aureliano — Comarca de Afogados da Ingazeira
27/08 — Fórum Dr. Eurico Cantalice de Melo — Comarca de Correntes
27/09 — Fórum D. Pedro II — Comarca de Igarassu
08/11 — Fórum Dr. Naércio Cyreno Gonçalves — Comarca de Santa Cruz do Capibaribe
09/11 — Fórum Dr. José Foerster — Comarca de Sanharó
11/11 — Fórum Des. Luiz Tavares de Gouveia Marinho — Comarca de Condado
13/12 — Fórum Des. Henrique Capitulino (restaurado) — Comarca de Jaboatão
20/12 — Fórum Manoel Gonçalves de Lima — Comarca de Cumaru

1986

- 25/01 — Fórum Dep. Elias Libânio — Comarca de Agrestina
28/01 — Fórum Antônio Izídio de Arruda — Comarca de Cupira
28/01 — Fórum Dídimo Gonçalves Guerra (ampliação) — Comarca de Surubim
30/01 — Fórum Ulisses Lins de Albuquerque — Comarca de Sertânia
01/02 — Fórum Dr. Eurico Chaves — Comarca de Água Preta

ANO DE 1984

ATIVIDADES DO GABINETE

02	OFÍCIOS EXPEDIDOS	588
03	TELEGRAMAS RECEBIDOS	033
04	TELEGRAMAS EXPEDIDOS	143
05	TELEX RECEBIDOS	025
06	TELEX EXPEDIDOS	252
07	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	116 (Sendo: 114 cíveis e 02 criminais)
08	RESENHAS DE DESPACHOS	144
09	OFÍCIOS DE INFORMAÇÕES PARA O STF	003
10	OFÍCIOS CIRCULARES	007

Observação: – dos 116 Recursos Extraordinários, 09 foram admitidos e 107 foram negados)

ANO DE 1985

ATIVIDADES DO GABINETE

01	OFÍCIOS RECEBIDOS	130
02	OFÍCIOS EXPEDIDOS	470
03	TELEGRAMAS RECEBIDOS	015
04	TELEGRAMAS EXPEDIDOS	130
05	TELEX RECEBIDOS	025
06	TELEX EXPEDIDOS	320
07	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	089 (Sendo: 084 cíveis e 05 criminais)
08	RESENHAS DE DESPACHOS	215
09	OFÍCIOS DE INFORMAÇÕES PARA O STF	008
10	OFÍCIOS CIRCULARES	005

Observação: – dos 89 Recursos Extraordinários, 04 foram admitidos e 85 foram negados.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



Des. Jarbas Fernandes Cunha

Des. Cláudio Américo de Miranda



Des. Cláudio Américo de Miranda
Assumiu a vice-presidência do Tribunal de Justiça em 19 de
junho de 1985, passando a integrar, desde então, o Conselho da Magis-
tratura. No exercício da desembargadoria, desde 18 de agosto de 1980,
foi Corregedor Geral no biênio 1981/82.

Des. Jarbas Fernandes Cunha
Assumiu o exercício em 28 de novembro de 1983 e a vice-presidência
do Tribunal de Justiça em 07 de janeiro de 1984, quando passou a integrar o Con-
selho da Magistratura. Deixou o cargo em 18 de junho de 1985, por aposentadoria.



Des. Pedro Ribeiro Malta



Des. Aderson Antão de Carvalho



Des. Pedro Martiniano Lins

Des. Aderson Antão de Carvalho

Assumiu o exercício da desembargadoria em 09 de junho de 1965, aposentando-se em 1984 após assumir os cargos de Corregedor Geral em 1972, vice-presidente e presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, em 1973 e 1974. Ex-membro do Conselho da Magistratura.

Des. Pedro Ribeiro Malta

Desembargador em exercício desde 13 de dezembro de 1971, vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1979 e presidente no biênio 1980/81, fêz parte do Conselho da Magistratura.

Des. Pedro Martiniano Lins

Assumiu o exercício da desembargadoria em 23 de novembro de 1964, aposentando-se 20 anos depois. Foi vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1971, e presidente em 1977, membro do Conselho da Magistratura.



Des. Geraldo Magela Dantas Campos



Des. João David de Souza Filho



Des. José Ferraz Ribeiro do Valle



Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti

Des. João David de Souza Filho

Desembargador em exercício a partir de 13 de fevereiro de 1984,
é membro do Conselho da Magistratura.

Des. Geraldo Magela Dantas Campos

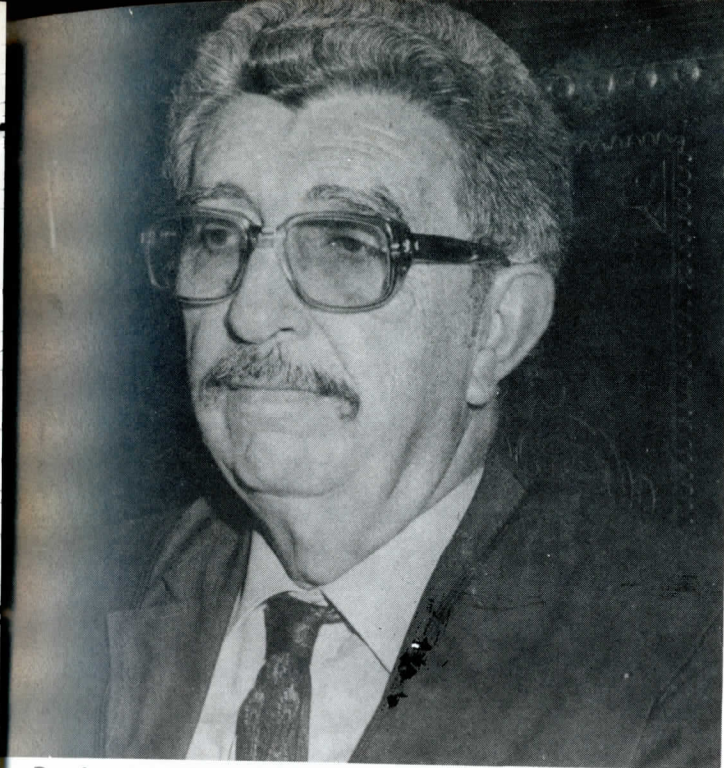
Desembargador em exercício desde 17 de novembro de 1969,
foi vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1978 e presidente em 1979.
Foi Corregedor Geral em 1974. É membro do Conselho da Magistratura
há 16 anos.

Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti

Desembargador em exercício desde 09 de janeiro de 1969, foi
vice-presidente e presidente do Tribunal de Justiça nos anos de 1974 e
1975, respectivamente. Foi Corregedor Geral em 1973, e membro do
Conselho da Magistratura.

Des. José Ferraz Ribeiro do Valle

No exercício da função des 23 de setembro de 1963, foi vice-
-presidente no ano de 1967, presidente em 1968 e Corregedor Geral em 1977.



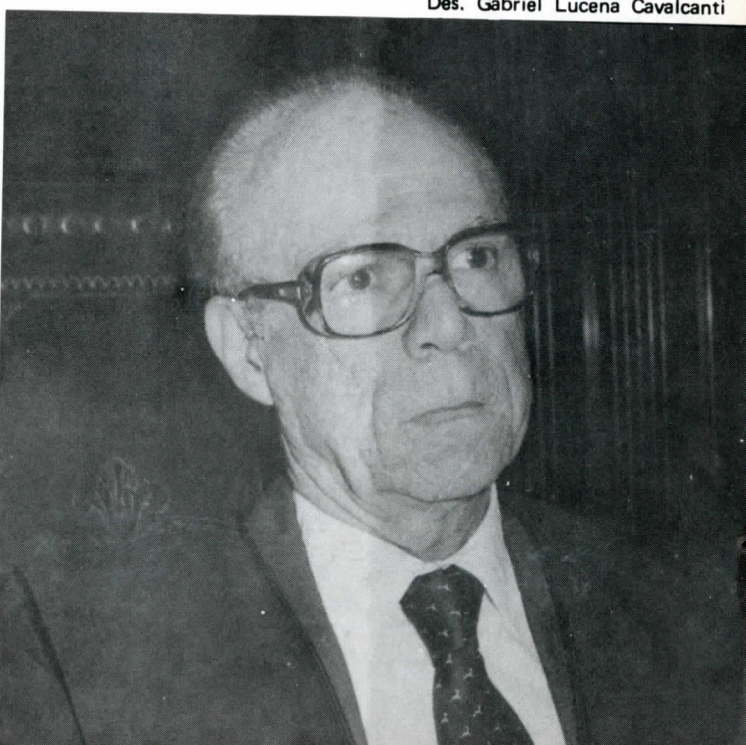
Des. Augusto de Souza Duque



Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho



Des. Demócrito Ramos Reinaldo



Des. Gabriel Lucena Cavalcanti

Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho
Assumiu o exercício da função em 17 de dezembro de 1984.

Des. Augusto de Souza Duque

No exercício da função desde 29 de fevereiro de 1956, é o mais antigo desembargador brasileiro. Foi vice-presidente do Tribunal de Justiça no ano de 1964; presidente em duas gestões, 1965 e 1972, Corregedor Geral da Justiça de 1983 a 1984 e membro do Conselho da Magistratura.

Des. Gabriel Lucena Cavalcanti

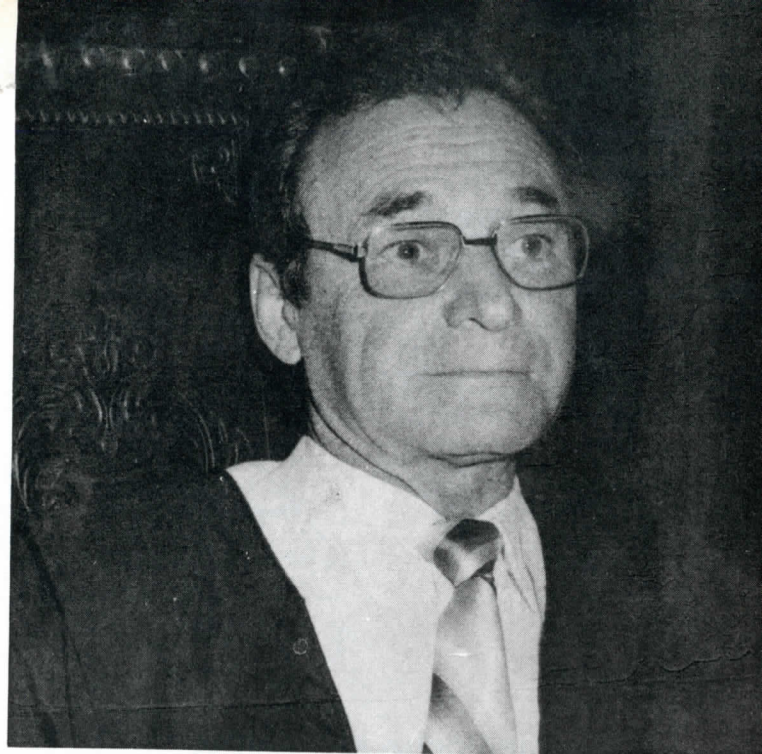
Assumiu o exercício da função desde 08 de maio de 1972, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça no biênio 1980/82, presidente em 1983/84, Corregedor Geral em 1975 e membro do Conselho da Magistratura.

Des. Demócrito Ramos Reinaldo

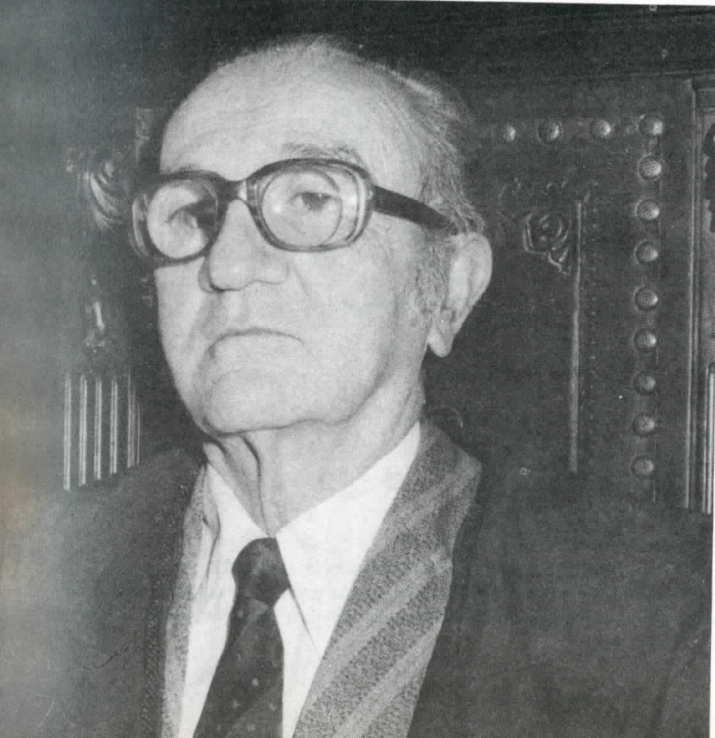
Assumiu o exercício da função em 27 de dezembro de 1983.



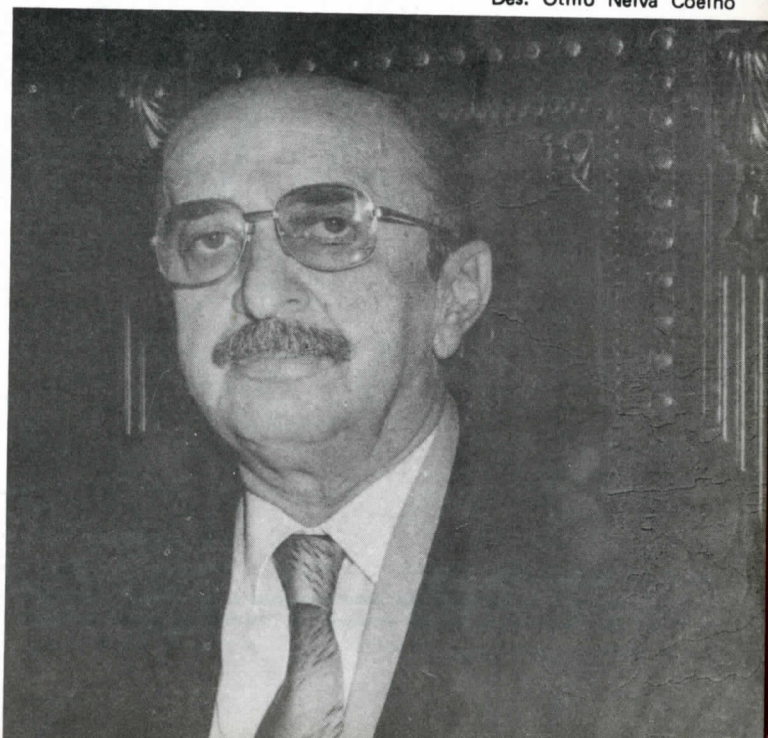
Des. Luiz Belém de Alencar



Des. Mauro Jordão de Vasconcelos



Des. Nelson Pereira de Arruda



Des. Otílio Neiva Coêlho

Des. Mauro Jordão de Vasconcelos

Desembargador no exercício a partir de 23 de dezembro de 1983, assumiu o cargo de Corregedor Geral para o biênio 1985/86. Integra o Conselho da Magistratura.

Des. Luiz Belém de Alencar

Assumiu o exercício da desembargadoria em 08 de agosto de 1985.

Des. Otávio Neiva Coêlho

Assumiu o exercício da desembargadoria em 03 de novembro de 1969, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça na gestão de 1975 e presidente no ano seguinte, integrou o Conselho da Magistratura.

Des. Nelson Pereira de Arruda

Em exercício na desembargadoria desde 13 de março de 1967. foi vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1977; assumindo a presidência logo em seguida para o período de um ano. Integrou o Conselho da Magistratura.

BIBLIOTECA
ESMAPE



ASSESSORIA JUDICIÁRIA

ASSESSORIA JUDICIÁRIA

Sob a chefia do Bel. André Alves de Melo, a Assessoria Judiciária executou integralmente suas tarefas em ritmo normal. Contou com a colaboração dos seguintes Assessores: André Alves de Melo, Wilson Mota Valença, Fernando Alves de Lima, Virgínio Marques Carneiro Leão, Eleonora de Souza Luna (até 1984) e João de Almeida Gaspar (a partir de 1985).

Segue o quadro estatístico de suas atividades:

FEITOS DISTRIBUÍDOS	1984	1985	Total	
Contagem de Tempo de Serviço	—	144	108	252
Pedido de Licença Prêmio	—	120	139	259
Gratificação Adicional	—	24	3	27
Pedido de Gratificação	—	81	58	139
Salário Família	—	95	99	194
Pedido de Ajuda de Custo	—	33	52	85
Férias em Dobro	—	103	80	183
Pagamento de Despesas	—	94	106	200
Diversos	—	95	91	186
PARECERES EMITIDOS	1984	1985	Total	
Bel. André Alves de Melo	280	190	470	
Bel. Wilson Mota Valença	71	41	112	
Bel. Fernando Alves de Lima	247	219	466	
Bel. Alfredo Rodrigues de Souza	33	196	229	
Bel. Virgínio Marques Carneiro Leão	95	20	115	
Bel. João de Almeida Gaspar	—	37	37	
Bela. Eleonora de Souza Luna	38	—	38	
Total Geral			1467	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1984	1985	Total	
	09	10	19	



CONSELHO DA MAGISTRATURA

1710 1817 1824 1889

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Integrado pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente: Jarbas Fernandes da Cunha até junho de 1985, quando se aposentou sendo substituído pelo Des. Cláudio Américo de Miranda; pelo Corregedor Geral da Justiça: Des. Augusto de Souza Duque, até janeiro de 1985, quando foi sucedido pelo Des. Mauro Jordão de Vasconcelos, e ainda pelos Desembargadores Geraldo Campos e João David.

Durante o biênio 1984—1985 o Conselho da Magistratura desempenhou as seguintes atividades:

SESSÕES REALIZADAS:

a) Ordinárias	27
b) Extraordinárias	69
Total	96

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS:

Ao Exmo. Sr. Des. Jarbas Cunha	134
Ao Exmo. Sr. Des. Augusto Duque	92
Ao Exmo. Sr. Des. Cláudio Miranda	73
Ao Exmo. Sr. Des. Mauro Jordão	118
Ao Exmo. Sr. Des. Geraldo Campos	211
Ao Exmo. Sr. Des. João David	209
Total	837

PROCESSOS JULGADOS:

Relatados pelos Exmos. Srs.

Des. Jarbas Cunha	107
Des. Augusto Duque	80
Des. Cláudio Miranda	84
Des. Mauro Jordão	96
Des. Geraldo Campos	220
Des. João David	166
Total	753

SECRETARIA

Sob a direção eficiente da bela. Judite Alcântara, a Secretaria do Conselho da Magistratura cumpriu integralmente suas múltiplas tarefas num acelerado ritmo de trabalho.

No quadro, a seguir, as atividades desenvolvidas são retratadas em números:

Ofícios Recebidos	765
Ofícios Expedidos	1.553
Ofícios Circulares	23
Telegramas Recebidos	104
Telegramas Expedidos	14
Editais Publicados	123
Comunicações de Ausência (Juízes de Direito)	414
Comunicações de Suspeição (Juízes de Direito)	52
Comunicações de Início e de Encerramento do Tribunal do Júri	421
Diversos	38



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

O Departamento Administrativo e de Pessoal, dirigido pela bacharela Maria Thereza das Chagas Monteiro, portou-se a contento, mantendo sob controle e atualizada toda a movimentação dos quadros de pessoal efetivo e contratado do Tribunal e Magistratura em todo o Estado.

A seguir, as informações sobre a movimentação registrada no quadro da Magistratura.

1984

Falecimento de Juiz de Direito

Bel. José Vital Bezerra Galindo

Aposentadorias de Desembargadores

Des. Aderson Antão de Carvalho

Des. Pedro Martiniano Lins

Aposentadorias de Juizes de Direito

Bel. Adalberto Pereira Lopes - Juiz de Direito Substituto da Capital

Bel. Aécio José Maranhão da Fonte - Juiz de Direito de 2ª Entrância

Bel. Antonio de Barros e Silva - Juiz de Direito da 3ª Entrância

Bel. José Edgar de Vasconcelos Dutra - Juiz de Direito Substituto da Capital.

Nomeações para Desembargador

Des. João David de Souza Filho

Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Promoções de Juizes de Direito :

Pelo Critério de Antiquidade

Bel. Antonio Medeiros de Souza : da comarca de Poção para a Comarca de Canhotinho

Bel. Clóris Guimarães Ribeiro : da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe para a Comarca de Ouricuri.

Bel. Ed-Ek Gonçalves Lopes : da Comarca de Afogados da Ingazeira para a 5ª Vara Criminal da Capital.

Bel. Nicolau Loureiro L. da Silva Neto : da Comarca de João Alfredo para a Comarca de Arcoverde.

Bel. Pedro Coutinho de Almeida : da Comarca de Orobó para a Comarca de Pesqueira.
Bel. Sebastião Romildo Vale de Oliveira : da Comarca de Timbaúba para o cargo de Juiz de Direito Substituto da Capital.

Pelo Critério de Merecimento:

Bel. Antonio de Pádua Couto Caraciolo : da Comarca de Igarassu para o cargo de Juiz de Direito Substituto da Capital.
Bel. José Manuel Zeferino Galvão de Melo : da Comarca de Joaquim Nabuco para a Comarca de Catende.
Bel. José Nunes Costa : da Comarca de Quipapá para a Comarca de Glória do Goitá.
Bel. Nilvan Alves Macena : da Comarca de Passira para a Comarca de São José do Egito.
Bel. Osman Benício de Holanda Cavalcanti : da Comarca de Lajedo para a de Bom Conselho.

Remoções de Juízes de Direito

Bel. Antonio de Pádua Carneiro Camarotti Filho : do cargo de Juiz de Direito Substituto de 3ª entrância para a 2ª Vara da Família e Registro Civil da Capital
Bel. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes : da Comarca de Palmeirina para Lagoa dos Gatos
Bel. Eriberto Gouveia de Barros de Barros Lima : da Comarca de Ouricuri para Sertânia
Bel. Etério Ramos Galvão Filho : da 8ª Vara Cível da Capital para a 9ª Vara Cível da Capital
Bel. Francisco Muniz Arraes : da 5ª Vara Criminal para a 8ª Vara Cível da Capital
Bel. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes : da Comarca de Catende para a 1ª Vara da Comarca do Cabo
Bel. João Bosco Gouveia de Melo : da Comarca de Bom Conselho para 2ª Vara Cível de Paulista
Bel. José Antonio Amorim : de Substituto da Capital para a 3ª Vara Cível da Capital
Bel. José Fernandes de Lemos : da Comarca de Glória do Goitá para a 1ª Vara Cível de Olinda
Bel. Luiz Carlos da Cunha Mariz : da Comarca de Belo Jardim para a 3ª Vara da Comarca do Cabo.
Bel. Marcelo Márcio Cardoso Fernandes : da Comarca de Canhotinho para Timbaúba
Bel. Marcos Antonio Tavares de Albuquerque : da Comarca de Itapetim para Sanharó
Bel. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho : da Comarca de Carnaíba para Amaraji
Bel. Paulo Romero de Sá Araújo : da Comarca de Parnamirim para Joaquim Nabuco
Bel. Petrúcio Roberto Tobias Granja : da Comarca de Pesqueira para Nazaré da Mata
Bel. Romão Ulisses Sampaio : da Comarca de Tacaratu para Águas Belas
Bel. Severino Coutinho da Silva : da Comarca de Floresta para Buíque
Bel. Waldemir Pinheiro Banja : da Comarca de Cabrobó para Triunfo

1985

Aposentadoria Desembargador

Des. Jarbas Fernandes da Cunha

Aposentadorias Juizes de Direito

Bel. Aristoteles de Siqueira Campos
Bel. Hélio Machado da Silva Porto
Bel. Pedro Fernandes de Oliveira
Bel. Ítalo José de Miranda Fonseca

Nomeações para Desembargadores

Des. Luiz Belém de Alencar

Promoções de Juizes

Pelo critério de antiguidade

Bel. Anthenor Barreto da Rocha P. Belleza: da Comarca de Barreiros para a 4ª Vara de Delitos C. o Patrimônio da Capital
Bel. Antonio de Melo e Lima: da Comarca de São Bento do Una para o cargo de substituto de 2ª Entrância
Bel. Antonio Pessoa Leite: do Cargo de Juiz de Paudalho para substituto de 3ª Entrância
Bel. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes: do cargo de Juiz de Lagoa dos Gatos para Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. Beraldo de Arruda Veras: da 2ª Vara da Comarca de São Lourenço da Mata para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância da Capital
Bel. Enéas Bezerra Barros: da 2ª Vara Cível de Olinda para substituto de 3ª Entrância da Capital
Bel. Hélio Vidal Campos: da 1ª Criminal de Olinda para a 4ª Vara Criminal da Capital
Bel. Jackson Borges de Araújo: da Comarca de Ipojuca para Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. José de Ribamar Teles de Araújo: da Comarca de Bom Jardim para substituto de 3ª Entrância
Bel. Jovaldo Nunes Gomes: da Comarca de Riacho das Almas para Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. Lindolfo Cabral Pimentel: da Comarca de São Joaquim do Monte para a Comarca de Belo Jardim
Bel. Márcio de Albuquerque Xavier: da 3ª Vara Cível de Olinda para Juiz substituto de 3ª Entrância
Bel. Marcos Miguel de Farias Silva: da Comarca de Sirinhaém para Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. Roberto Wanderley Nogueira: da Comarca de Brejo da Madre de Deus para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. Eloy D'Almeida Lins: da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão para o cargo de Juiz substituto da Capital
Bel. Roberto Ferreira Lins: da Comarca de Rio Formoso para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância

Pelo critério de Merecimento

- Bel. Aquino de Farias Reis: da Comarca do Cabo para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância da Capital
- Bel. Fernando Barbosa Pinto: da Comarca de Agrestina para o Cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
- Bel. Fernando Cerqueira N. dos Santos: da Comarca de Salgueiro para a Comarca de Afogados da Ingazeira
- Bel. Geraldo Og Niceas Marques Fernandes: 1ª Vara do Cabo para o cargo de Juiz substituto da Capital
- Bel. Ivonaldo Pereira de Miranda: da Comarca de Vertentes para o cargo de Juiz substituto da Capital
- Bel. João Corte Magalhães: da 1ª Vara de São Lourenço da Mata para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância
- Bel. Jones Figueiredo Alves: da Comarca de Surubim para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância
- Bel. José Fernandes de Lemos: da 1ª Vara Cível de Olinda para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância
- Bel. José Roberto Lagranha Távora: da Comarca de Gameleira para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
- Bel. Luiz Carlos de Barros Figueiredo: da Comarca de Cachoeirinha para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
- Bel. Pedro Pedrosa de Oliveira Melo: da 2ª Vara Criminal de Jaboatão para o cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância
- Bel. José Carlos Patriota Malta: da Comarca de Petrolândia para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
- Bel. Ives Miranda Mayal: da Comarca de Cupira para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
- Bel. Alberto Nogueira Virginio: da Comarca de Tabira para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância

Remoções de Juízes

- Bel. Antonio Martins Veras: do cargo de Juiz substituto de 3ª Entrância para a 9ª Vara Cível
- Bel. Carlos Alberto Maranhão de Oliveira: do cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância para a Comarca de Quipapá
- Bel. Célio de Castro Montenegro: da 4ª Vara Criminal para a 2ª Vara Cível
- Bel. Cláudio Jean Nogueira Virginio: da Comarca de Parnamirim para a Comarca de Itapetim
- Bel. Clóris Guimarães Ribeiro: da Comarca de Ouricuri para a Comarca de Palmares
- Bel. Etério Ramos Galvão Filho: da 9ª Vara Cível para a 2ª Vara da Fazenda Estadual
- Bel. Flávio Pessoa de Souto Maior: da Comarca de Flores para a Comarca de Santa Cruz do Capibaribe

Bel. José Malta de Sá Júnior: da Comarca de Itapetim para a Comarca de Poção
Bel. José Manoel Zeferino Galvão: da Comarca de Catende para a comarca de Igarassu
Bel. Josué Antonio Fonseca de Sena: da Comarca de Custódia para a comarca de Passira
Bel. Nilvan Alves Macena: da Comarca de São José do Egito para a Comarca de Catende
Bel. Waldemir Pinheiro Banja: da Comarca de Triunfo para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. José Alexandre de Vasconcelos: do cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância para a Comarca de Jurema
Bel. José Ivo de Paula Guimarães: do cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância para a comarca de Custódia

Nomeações de Juízes

Bel. Agnaldo Esteves da Silveira Filho: para a comarca de Cabrobó
Bel. Alcides Dérciles Caminha: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Antônio de Vasconcelos Silva: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Armando Tavares da Silva: para a comarca de Araripina
Bel. Carlos Alberto Maranhão de Oliveira: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Celmilo José Evangelista Gusmão: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Cláudio Jean Nogueira Virginio: para a comarca de Parnamirim
Bel. Edson Costa Coelho: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Eudes dos Prazeres França: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Evanderli Félix da Costa: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fabiano João Bosco Formiga de Carvalho: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fausto de Castro Campos: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fernando Rodrigues Beltrão: para o cargo de Juiz de Inajá
Bel. Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho: para a Comarca de Carnaíba
Bel. Germano Gladstone de Oliveira Japiassú: para a comarca de Flores
Bel. José Viana Ulisses Filho: para a comarca de Lagedo
Bel. Francisco Manoel Tenório dos Santos: para o cargo de Juiz de Direito substituto de 1ª Entrância
Bel. Frederico Ricardo de Almeida Neves: para a comarca de Santa Maria da Boa Vista
Bel. Gualter Carlos de Alencar Neto: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo: para a comarca de Palmeirina
Bel. José Alexandre de Vasconcelos Aquino: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Ivo de Paula Guimarães: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Malta de Sá Junior: para a comarca de Itapetim
Bel. José Pereira de Lemos: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Roberto de Oliveira: para a comarca de Serrita
Bel. Luiz Fernando Lapenda Figueiroa: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Márcilio Duque Cavalcanti: para a comarca de Belém do São Francisco

Bel. José Malta de Sá Júnior: da Comarca de Itapetim para a Comarca de Poção
Bel. José Manoel Zeferino Galvão: da Comarca de Catende para a comarca de Igarassu
Bel. Josué Antonio Fonseca de Sena: da Comarca de Custódia para a comarca de Passira
Bel. Nilvan Alves Macena: da Comarca de São José do Egito para a Comarca de Catende
Bel. Waldemir Pinheiro Banja: da Comarca de Triunfo para o cargo de Juiz substituto de 2ª Entrância
Bel. José Alexandre de Vasconcelos: do cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância para a Comarca de Jurema
Bel. José Ivo de Paula Guimarães: do cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância para a comarca de Custódia

Nomeações de Juizes

Bel. Agnaldo Esteves da Silveira Filho: para a comarca de Cabrobó
Bel. Alcides Déricles Caminha: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Antônio de Vasconcelos Silva: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Armando Tavares da Silva: para a comarca de Araripina
Bel. Carlos Alberto Maranhão de Oliveira: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Celmilo José Evangelista Gusmão: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Cláudio Jean Nogueira Virginio: para a comarca de Parnamirim
Bel. Edson Costa Coelho: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Eudes dos Prazeres França: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Evanderli Félix da Costa: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fabiano João Bosco Formiga de Carvalho: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fausto de Castro Campos: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Fernando Rodrigues Beltrão: para o cargo de Juiz de Inajá
Bel. Francisco de Carvalho Silva Gueiros Filho: para a Comarca de Carnaíba
Bel. Germano Gladstone de Oliveira Japiassú: para a comarca de Flores
Bel. José Viana Ulisses Filho: para a comarca de Lagedo
Bel. Francisco Manoel Tenório dos Santos: para o cargo de Juiz de Direito substituto de 1ª Entrância
Bel. Frederico Ricardo de Almeida Neves: para a comarca de Santa Maria da Boa Vista
Bel. Gualter Carlos de Alencar Neto: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo: para a comarca de Palmeirina
Bel. José Alexandre de Vasconcelos Aquino: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Ivo de Paula Guimarães: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Malta de Sá Junior: para a comarca de Itapetim
Bel. José Pereira de Lemos: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. José Roberto de Oliveira: para a comarca de Serrita
Bel. Luiz Fernando Lapenda Figueiroa: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Marcílio Duque Cavalcanti: para a comarca de Belém do São Francisco

Bel. Márcio Fernando Aguiar Silva: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti: para a comarca de Tacaratu
Bel. Severino Tenório Pinto: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Silvio de Arruda Beltrão: para o cargo de Juiz substituto da 1ª Entrância
Bel. Wellington Gadelha de Freitas: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância
Bel. Antonio de Jesus Chaves Costa: para o cargo de Juiz substituto de 1ª Entrância



DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

Sob a diligente direção do bel. Tertuliano Feitosa Neto, o Departamento de Jurisprudência e Publicações recebeu, no biênio, dos respectivos Departamentos Judiciários: 3.484 processos, sendo 1.491 cíveis e 1.993 criminais, providenciando os serviços datilográficos e publicação.

Confeccionou 1.491 livros de Acordãos Cíveis e 1.993 Criminais, perfazendo um total de 3.484 livros.

Fez publicar no Diário do Poder Judiciário 401 ementas dos diversos julgados do Tribunal de Justiça, assim classificados:

Processo Civil	—	201
Direito Tributário	—	4
Direito Administrativo	—	15
Direito Civil	—	43
Processo Penal	—	60
Direito Penal	—	74
Direito Comercial	—	3
Direito Previdenciário	—	1

401

Supremo Tribunal Federal 37

Foram editados os Arquivos Forenses de nos. LXIX, LXX e LXXI.

ESMAPE - BIBLIOTECA

Tomb. MI 20080669

Data 13/05/2008

Ch. 00004019 C



DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

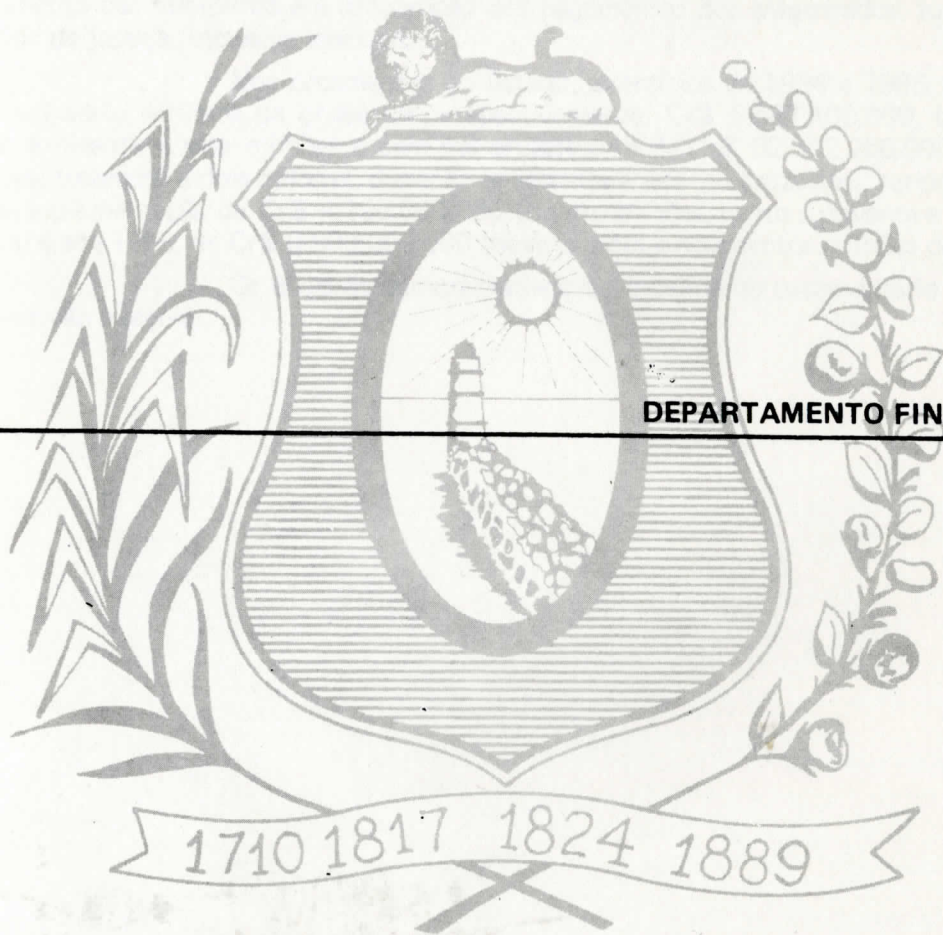
Tendo como Diretor o Sr. Gaiber Cordeiro Pires, o Departamento de Material e Patrimônio foi responsável pela aquisição, distribuição, controle e manutenção de material destinado ao uso do Tribunal de Justiça, Conselho da Magistratura e Comarcas interioranas de primeira e segunda Entrâncias.

Seu expediente registra:	1984	1985	Total
Ofícios Expedidos	<u>457</u>	<u>528</u>	<u>985</u>
Processados de Tomada de Preço e Carta Convite para a aquisição de material e serviços	191	244	435
Contratos administrativos elaborados de prestação de serviços	06	11	17
Aditamentos contratuais	07	12	19
Requisições atendidas de 1ª. e 2ª. Entrâncias	492	584	1.076
Requisições atendidas dos demais Departamentos . .	438	345	783

As aquisições atingiram o movimento de Cr\$ 207.040.035 em 1984 e Cr\$ 1.935.315.904 em 1985. Entre elas, citam-se os automóveis: Chevette (01), Opala Comodoro (onze) e Diplomata (três), no biênio, ao mesmo tempo em que foram alienados oito automóveis Chevrolet Opala.

Este Tribunal imprimiu em 1984, Relatório da Presidência do biênio anterior e o "Arquivo Forense" volume LXXI, ano 1981. No ano de 1985, foram impressos o livro "Sentido de uma Luta" do Desembargador Presidente Benildes de Souza Ribeiro e os Anais do I Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça.

Deve-se ressaltar ainda a instalação das acomodações da Informática Jurídica, no segundo semestre de 1985.



DEPARTAMENTO FINANCEIRO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

A bela. Maria Christina Oliveira de Souza dirigiu o Departamento Financeiro, ao qual incumbe planejar, coordenar e contratar a execução do Sistema de Administração financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça, executando a fiscalização dos créditos, o processamento das disciplinas e a preparação dos pagamentos dos Magistrados, funcionários e serventuários da justiça, inclusive inativos.

Nos orçamentos do Estado, exercícios de 1984 e 1985, foram destinados ao Judiciário recursos da ordem de, respectivamente, Cr\$ 6.587.100.000, (seis bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões e cem mil cruzeiros) e de Cr\$ 52.302.266.000 (cinquenta e dois bilhões, trezentos e dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), tendo havido, em 1984, uma suplementação de Cr\$ 4.196.000.000 (quatro bilhões, cento e noventa e seis milhões de cruzeiros) e, em 1985, de Cr\$ 9.900.000.000 (nove bilhões e novecentos milhões de cruzeiros).

Os quadros demonstrativos do movimento orçamentário e financeiro dos dois anos vão a seguir.

02) DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 1984 – DEPTº – FINANCEIRO

NATUREZA DA DESPESA-(ELEMENTOS)	DOTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ANULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMPENHOS EMITIDOS	ANULAÇÃO DE EMPENHOS	SALDO ORÇAMENTÁRIO ATUAL
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - 02040132006-0						
311.100-8-Pessoal Civil	3.300.000,000,	3.074.000,000,	- 0 -	4.556.813.778,80	- 0 -	1.817.186.221,20
312.000-7-Material de Consumo	139.000,000,	118.000,000,	=	152.966.877,70	131.300,00	104.164.422,30
313.100-9-Remuner.Serv.Pessoais	9.500,000,	=	=	1.988.644,00	=	7.511.356,00
313.200-5-Out.Serv.e Encargos	270.000,000,	113.000,000,	=	370.527.567,40	10.708.748,50	23.181.181,10
319.200-8-Desp.Exerc.Anteriores	1.000,000,	=	=	17.609,00	=	982.391,00
325.300-7-Salário Família	12.000,000,	61.000,000,	=	57.420.321,00	=	15.579.679,00
325.500-0-Assist.Médico Hospitalar	7.000,000,	=	=	6.089.253,00	=	910.747,00
325.900-5-Out.Transf.a Pessoas	9.000,000,	30.000,000,	=	15.653.500,00	=	23.346.500,00
412.000-0-Equip.Mat.Permanente	90.000,000,	=	=	41.501.618,00	=	48.498.382,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - 02040212002-1						
311.100-8-Pessoal Civil	1.000.000,000,	=	273.027,000,	726.972.154,00	=	846,00
311.300-0-Obrigações Patronais	1.000,000,	=	=	=	=	1.000.000,00
312.000-7-Material de Consumo	55.000,000,	=	=	55.216.829,90	216.830,00	0,10
313.100-9-Remun.Serv.Pessoais	1.600,000,	=	=	1.579.903,30	=	20.096,64
313.200-5-Outros Serv.e Encargos	24.000,000,	=	=	25.978.520,00	1.978.855,00	335,00
319.200-8-Desp.Exerc.Anteriores	500,000,	=	=	=	=	500.000,00
325.300-7-Salário Família	19.000,000,	=	1.557,000,	15.375.933,00	=	2.067.067,00
325.500-0-Assist.Médico Hospitalar	1.000,000,	=	=	949.109,00	=	50.891,00
325.900-0-Outras Transf.a Pessoas	2.000,000,	=	=	1.894.747,00	=	105.253,00
412.000-0-Equip.Mat.Permanente	65.500,000,	=	=	65.499.999,20	=	0,80
CONSTRUÇÃO DA GARAGEM - 02040251194-2						
411.000-5-Obras & Instalações	20.000,000,	=	20.000,000,	=	=	- 0 -
INSTALAÇÃO DE ELEVADORES-02040251195-0						
411.000-5-Obras & Instalações	60.000,000,	=	60.000,000,	=	=	- 0 -
ENCARGOS COM INATIVOS - 15824952005-0						
325.100-4-Inativos	1.500.000,000,	800.000,000,	=	2.170.006.588,00	=	129.993.412,00
TOTAL GERAL	6.587.100,000,	4.196.000,000,	354.584,000,	8.266.452.952,36	13.035.733,50	2.175.098.781,14

**“TRIBUNAL DE JUSTIÇA”
MOVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 1985**

ATIVIDADES JUDICIÁRIAS 02040132006 - 0	DOTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	T. DOTAÇÃO	APLICAÇÃO	SALDO ORÇAMENTÁRIO ATUAL
311.100-8 = PESSOAL CIVIL.	31.301.656.000	7.000.000.000	200.000.000	38.101.656.000	25.752.085.189	12.349.570.811
311.300-0 = OBRIGAÇÕES PATRONAIS.	2.000.000	=	2.000.000	=	=	=
312.000-7 = MATERIAL DE CONSUMO.	1.615.600.000	=	=	1.615.600.000	776.360.211	839.239.789
313.100-9 = REMUNER. SERV. PESSOAIS.	110.000.000	=	=	110.000.000	97.616.268	12.383.732
313.200-5 = OUT. SERV. E ENCARGOS.	2.703.270.000	2.000.000.000	=	4.703.270.000	2.521.858.055	2.181.411.945
319.200-8 = DESP. EXERC. ANTERIORES.	10.000.000	=	=	2.000.000	1.116.173	883.827
325.300-7 = SALÁRIO FAMÍLIA.	372.200.000	=	8.000.000	372.200.000	244.562.925	127.637.075
325.500-0 = ASSIST. MÉDICO HOSPIT.	50.000.000	=	=	50.000.000	10.161.287	39.838.713
325.900-5 = OUT. TRANSF. A PESSOAS.	2.000.000	200.000.000	=	202.000.000	85.896.634	116.103.366
412.000-0 = EQUIP. MATER. PERMANENTE	1.184.300.000	700.000.000	=	1.884.300.000	1.431.249.288	435.050.712
INSTALAÇÃO ELEVADORES = 02040251002-0						
411.000-5 = OBRAS & INSTALAÇÕES	120.000.000	=	120.000.000	=	=	=
CONSTRUÇÃO DA GARAGEM = 02040251003-2						
411.000-5 = OBRAS & INSTALAÇÕES	70.000.000	=	70.000.000	=	=	=
ENCARGOS COM INATIVOS - 15824952005-0						
325.100-4 = INATIVOS	14.761.240.000	=	=	14.761.240.000	11.890.103.909	2.871.136.091
TOTAL GERAL.	52.302.266.000	9.900.000.000	400.000.000	61.802.266.000	42.811.008.939	18.991.266.061



DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CÍVEL

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CÍVEL

Tendo como diretor o bacharel Apolônio Almeida, o Departamento Judiciário Cível registrou o seguinte movimento:

	<u>1984</u>	<u>1985</u>	<u>Total</u>
Ofícios Expedidos	301	389	690
Extração de Cartas de Ordem Citatórias	38	50	88
Extração de Cartas Precatórias	12	08	20
Extração de Cartas de Sentença	04	03	07
Extração de Mandados de Citação	102	180	282
Extração de Mandados de Notificação	07	05	12
Ofícios Expedidos (Precatórios) para pagamento de créditos oriundos de Sentenças Judiciais assim distribuídos:			
— Estado de Pernambuco	21	27	48
— Prefeitura da Cidade do Recife	07	08	15
— Instituto Nacional de Previdência Social—Acidentados	90	116	206
— Custas do Cartório de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas	90	115	205
Confecção e publicação de Resenha de julgamentos realizadas pelas Câmaras Cíveis, Seção Cível e Tribunal pleno	145	157	302
Publicação de Despachos de Recursos Extraordinários	116	80	196
Confecção e Publicação de Resenhas Diversas	465	365	830
Publicação de Resenhas de Distribuição	143	115	258



DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CRIMINAL

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO CRIMINAL

Sob a direção da bacharela Dione Vasconcelos Esteves, o Departamento Judiciário Criminal registrou o seguinte movimento no biênio:

	<u>1984</u>	<u>1985</u>	<u>Total</u>
Ofícios Expedidos	1.207	1.310	2.517
Carta de Ordem	01	—	01
Certidões	18	04	22
Mandados de Prisão	14	61	75
Mandados de Intimação	03	01	04
Mandados de Citação	01	06	07
Alvarás de Soltura	76	96	172
Salvo Conduto	03	04	07

Publicações:

Contas	540	359	899
Despachos	91	148	239
Vista	87	404	491
Resumo de Acordão	1.038	1.362	2.400
Avisos	02	02	04
Pauta para Julgamento	54	38	92
Resenha de Julgamento	76	77	153
Distribuição	141	140	281
Processos Cadastrados	780	511	1.291

Entraram em pauta para julgamento:

Seção Criminal	56	197	253
Câmara Criminal	576	613	1.189



BIBLIOTECA

4	Classificação			
4.1	Livros classificados	162	111	273
4.2	Periódicos classificados	320	230	550
5	Inserção de fichas			
5.1	Catálogo de título	162	111	273
5.2	Catálogo de autor	162	111	273
5.3	Catálogo dicionário — analíticas	3.456	3.299	6.755
5.4	Catálogo de legislação estadual	450	453	903
6	Consertos gerais			
6.1	Em livros	17	15	32
6.2	Em periódicos	15	10	25
7	Encadernação			
7.1	Diário Oficial — União	99	19	118
7.2	Diário Justiça — União	58	20	78
7.3	Diário Oficial — PE	16	4	20
7.4	Diário da Justiça — PE	8	4	12
7.5	Diário Poder legislativo — PE	10	—	10
7.6	Diário Oficial — Recife	—	13	13
7.7	Revista de Jurisprudência Mineira	15	—	15
8	Correspondência			
8.1	Ofícios Expedidos	37	47	84
8.2	Ofícios Recebidos	14	09	23
8.3	Cartões acusando recebimento de livros/periódicos	6	14	20
9	Aquisição			
9.1	a) Compra			
9.1.1	Periódicos	28	81	109
9.1.2	Livros	62	53	115
9.2	b) Doação			
9.2.1	Periódicos	292	206	498
9.2.2	Livros	177	137	314

BIBLIOTECA

A Seção foi chefiada pela bibliotecária Leônia Nunes de Araujo até o mês de julho de 1984, substituindo-a o bibliotecário Fernando Guimarães Carvalho.

O movimento registrado foi o seguinte:

	1984	1985	Total
1 Seção de Referência			
1.1 Empréstimos efetuados	8.000	7.070	15.070
1.2 Consultas feitas	32.100	20.065	52.165
2 Preparação datilográfica do livro para empréstimo			
2.1 Cartão de Assinatura do leitor	162	111	273
2.2 Cartão de data do livro	162	111	273
2.3 Bolso do livro	162	111	273
2.4 Colagem do cartão de data de livro	162	111	273
2.5 Colagem bolso do livro	162	111	273
2.6 Pintura em lombadas de livros e periódicos	300	292	592
2.7 Gravação do nº. de chamada nas lombadas de livros e periódicos	300	292	592
2.8 Pintura com verniz copal nas gravações	300	292	592
3 Catalogação			
3.1 Catálogo de títulos	162	111	273
3.2 Catálogo de autor	162	111	273
3.3 Catálogo dicionário (por autor, título do livro e fichas analíticas - artigos de periódicos)	3.456	3.299	6.755
3.4 Catálogo de legislação estadual (fichas catalogadas manualmente p/posterior serviço datilográfico	200	290	490
3.4.1 Catálogo de legislação estadual (fichas datilografadas)	250	318	568

10	Boletim			
10.1	a) Compra			
10.1.1	Boletim ADCOAS – Jurisprudência	36	32	68
10.2	b) Doação			
10.2.1	Boletim RT – Informa	25	20	45
10.2.2	Boletim do IRIB	—	10	10
11	Tombamento			
11.1	Livros registrados	239	190	429
11.2	Periódicos registrados	320	287	607
12	Acervo			
12.1	Livros periódicos	559	477	1.036
12.2	Total de livros e periódicos da Biblioteca até dezembro-1985	—	13.943	13.943



JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO DE 1984/1985

TRIBUNAL PLENO

Julgamentos Realizados Durante o Biênio 1984/1985

	1984	1985	Total
Des. Souza Ribeiro			
Administrativos	157	213	370
Des. Cláudio Miranda			
Mandado de Segurança	8	4	12
Ação Penal Privada	—	2	2
Exceção de Impedimento	—	1	1
Des. Augusto Duque			
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	—	1	1
Ação Penal Privada	—	1	1
Des. Ribeiro do Valle			
Mandado de Segurança	1	2	3
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .		1	1
Des. Nelson Arruda			
Agravo Regimental	3	2	5
Mandado de Segurança	2	1	3
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	—	1	1
Des. Aderson Carvalho			
Embargos Declaratórios	1	—	1
Mandado de Segurança	4	—	4
Des. José Pessoa			
Mandado de Segurança	3	2	5
Embargos Declaratórios	1	1	2
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	1	—	1
Recurso Ex-Officio	2	3	5

Des. Geraldo Campos

Mandado de Segurança	7	6	13
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	1	1	2

Des. Pedro Martiniano

Questão Constitucional	1	—	1
----------------------------------	---	---	---

Des. Pedro Malta

Embargos Declaratórios	1	—	1
Agravo Regimental	1	1	2
Mandado de Segurança	5	6	11
Representação	—	1	1

Des. Gabriel Cavalcanti

Mandado de Segurança	4	1	5
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	1	—	1

Des. Mauro Jordão

Mandado de Segurança	7	2	9
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	1	—	1

Des. Demócrito Reinaldo

Mandado de Segurança	5	—	5
Agravo Regimental	1	—	1
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	2	1	3

Des. João David

Mandado de Segurança	—	2	2
--------------------------------	---	---	---

Des. Carlos Xavier

Mandado de Segurança	—	3	3
Queixa Crime	—	1	1
Reclamação	—	2	2
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	1	1

Des. Jarbas Cunha

Mandado de Segurança	3	1	4
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	1	—	1

Des. Belém de Alencar

Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura . .	—	1	1
---	---	---	---

Conclusão:

Sub-Total dos Feitos Julgados por exercício . . .	84	52	
Sub-Total dos Feitos Administrativos Julgados por exercício	157	213	
Total Geral dos Feitos Julgados no Biênio			506
Sessões Ordinárias	35	51	
Sessões Extraordinárias	2	7	
Total Geral das Sessões Realizadas no Biênio			95

SESSÃO CÍVEL

Julgamentos Realizados no Biênio

	1984	1985	Total
Des. Cláudio Américo de Miranda			
Agravo de Instrumento	—	01	01
Agravo Regimental	01	01	02
Ação Rescisória	05	03	08
Embargos Declaratórios	01	—	01
Exceção de Suspeição	—	01	01
Habeas Corpus	01	—	01
Mandado de Segurança	11	10	21
Des. José Ferraz Ribeiro do Valle			
Embargos Infringentes	01	—	01
Mandado de Segurança	—	01	01
Des. Aderson Antão de Carvalho			
Ação Rescisória	—	03	03
Mandado de Segurança	10	02	12
Des. José Pessoa de O. Cavalcanti			
Conflito de Competência	01	01	02
Mandado de Segurança	08	14	22
Ação Rescisória	—	02	02
Habeas Corpus	—	01	01
Des. Pedro Ribeiro Malta			
Ação Rescisória	03	02	05
Conflito de Competência	01	02	03
Exceção de Suspeição	—	01	01
Mandado de Segurança	11	13	24
Habeas Corpus	—	03	03

Des. Gabriel Lucena Cavalcanti

Ação Rescisória	01	01	02
Habeas Corpus	01	02	03
Mandado de Segurança	02	10	12
Conflito de Competência	—	01	01
Impugnação ao Valor de Causa	—	01	01

Des. Demócrito Ramos Reinaldo

Ação Rescisória	05	01	06
Mandado de Segurança	14	14	28
Agravo Regimental	—	01	01
Conflito de Competência	—	01	01
Habeas Corpus	—	02	02
Impugnação ao Valor da Causa	01	—	01

Des. Carlos Xavier P. Barreto Sobrinho

Ação Rescisória	—	04	04
Conflito de Competência	—	01	01
Habeas Corpus	—	02	02
Mandado de Segurança	—	10	10
Embargos Declaratórios	—	02	02
Agravo Regimental	—	01	01

Des. Jarbas Fernandes da Cunha

Ação Rescisória	04	02	06
Conflito de Competência	01	01	02
Mandado de Segurança	10	08	18
Habeas Corpus	—	02	02

Conclusão

Feitos Julgados por Exercício	93	128	
Total dos Feitos Julgados no Biênio			221
Sessões Ordinárias Realizadas	35	34	69

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Julgamentos Realizados no Biênio

Des. Benildes de Souza Ribeiro	1984	1985	Total
Apelação Cível	11	02	13
Exceção de Suspeição	01	—	01
Agravo Regimental	—	01	01
Embargos Declaratórios	—	07	07
Des. Cláudio Américo de Miranda			
Exceção de Suspeição	01	—	01
Des. José Ferraz Ribeiro do Valle			
Apelação Cível	22	15	37
Agravo de Instrumento	04	03	07
Embargos Declaratórios	02	01	03
Recursos Ex-officio	—	01	01
Des. Pedro Martiniano			
Apelação Cível	01	—	01
Embargos Declaratórios	02	—	02
Des. Pedro Ribeiro Malta			
Apelação Cível	81	56	137
Agravo de Instrumento	10	10	20
Exceção de Suspeição	01	—	01
Embargos Declaratórios	18	05	23
Recursos Ex-officio	05	02	07
Des. Demócrito Ramos Reinaldo			
Apelação Cível	83	70	153
Agravo de Instrumento	17	08	25
Agravo Regimental	01	—	01

Embargos Declaratórios	27	07	34
Exceção de Suspeição	—	01	01
Recursos Ex-officio	03	02	05
Restauração de Autos	01	—	01

Des. Carlos Xavier P. Barreto Sobrinho

Apelação Cível	—	51	51
Agravo de Instrumento	—	11	11

Des. Jarbas Fernandes da Cunha

Apelação Cível	82	59	141
Agravo de Instrumento	13	06	19
Embargos Declaratórios	05	01	06
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recurso Ex-officio	03	01	04

Des. Luiz Belém de Alencar

Apelação Cível	—	13	13
Agravo de Instrumento	—	03	03
Embargos Declaratórios	—	01	01
Recursos Ex-officio	—	01	01

Conclusão

Feitos Julgados por Exercício	395	338	
Total dos Feitos Julgados no Biênio			733
Sessões Realizadas no Biênio:			76
Ordinárias	38	35	73
Extraordinárias	01	02	03

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Julgamentos realizados no Biênio

Des. Cláudio Américo de Miranda

	1984	1985	Total
Apelação Cível	81	73	154
Agravo de Instrumento	12	14	26
Embargos Declaratórios	10	04	14
Exceção de Suspeição	—	01	01
Recurso Ex-officio	03	02	05

Des. Aderson Antão de Carvalho

Apelação Cível	58	15	73
Agravo de Instrumento	06	—	06
Agravo Regimental	01	—	01
Ação Rescisória	01	—	01
Conflito de Competência	02	—	02
Exceção de Suspeição	01	—	01
Embargos Declaratórios	02	—	02
Recursos Ex-officio	04	—	04

Des. José Pessoa de O. Cavalcanti

Apelação Cível	26	78	104
Agravo de Instrumento	02	02	04
Embargos Declaratórios	—	01	01

Des. Gabriel Lucena Cavalcanti

Apelação Cível	48	68	116
Agravo de Instrumento	06	10	16
Recurso Ex-officio	03	01	04
Restauração de Autos	02	—	02
Embargos Declaratórios	—	01	01

Des. Demócrito Ramos Reinaldo

Apelação Cível — 01 01

Des. Luiz Belém de Alencar

Apelação Cível — 03 03

Embargos Declaratórios — 01 01

Conclusão

Feitos Julgados por Exercício 268 275

Total dos Feitos Julgados no Biênio 543

Sessões Realizadas no Biênio 74

Ordinárias 35 37 72

Extraordinárias — 02 02

JULGAMENTOS REALIZADOS - 1984
SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADORES	HABEAS CORPUS	REVISÃO CRIMINAL	EMBARGOS AO ACÓRDÃO	RECURSO CRIME DE HABEAS CORPUS	RECURSOS DIVERSOS	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	58	05	-	01	-	01	65
Otílio Neiva Coêlho	92	05	01	02	-	10	110
Geraldo Magela Dantas Campos	94	04	-	02	-	10	110
Mauro Jordão de Vasconcelos	86	01	-	04	01	09	101
João David de Souza Filho	69	04	01	-	-	07	81
Cláudio Américo de Miranda	-	01	-	-	-	-	01
SUB TOTAL	399	20	02	09	01	37	468

PROCESSOS JULGADOS: . . . 468
SESSÕES REALIZADAS:
ORDINÁRIAS 35
EXTRAORDINÁRIAS..... 02

JULGAMENTOS REALIZADOS - 1985
SEÇÃO CRIMINAL

DESEMBARGADORES	HABEAS CORPUS	REVISÃO CRIMINAL	RECURSO CRIME DE HABEAS CORPUS	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	MANDADO DE SEGURANÇA	AGRAVO REGIMENTAL	TOTAL
Augusto de Souza Duque	68	03	-	05	-	01	77
Nelson Pereira de Arruda	54	03	-	04	-	-	61
Otílio Neiva Coêlho	81	02	-	-	-	-	83
Geraldo M. Dantas Campos	113	06	01	01	01	-	122
João David de Souza Filho	124	11	-	01	-	01	137
SUB - TOTAL	440	25	01	11	01	02	480

PROCESSOS JULGADOS 480
SESSÕES REALIZADAS:
ORDINÁRIAS 36

**JULGAMENTOS REALIZADOS - 1984
CÂMARA CRIMINAL**

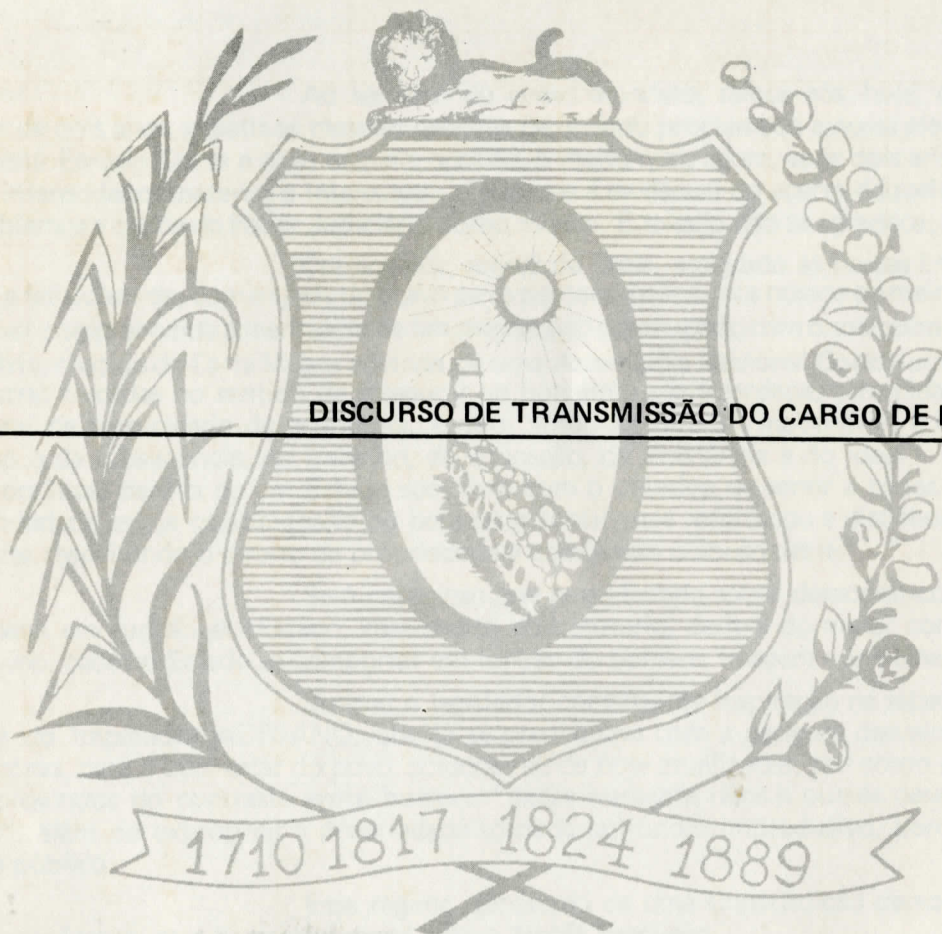
DESEMBARGADORES	APELAÇÃO CRIME	RECURSOS DIVERSOS	RECURSO CRIME DE HABEAS CORPUS	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	CARTA TESTEMUNHÁVEL	TOTAL
Nelson Pereira de Arruda	74	21	17	01	01	114
Otávio Neiva Coêlho	82	29	17	—	—	128
Geraldo Magela Dantas Campos	78	27	18	—	01	124
Agamenon Duarte Lima	01	—	—	—	—	01
Cláudio Américo de Miranda	10	01	—	—	—	11
Mauro Jordão de Vasconcelos	57	22	19	—	01	99
João David de Souza Filho	82	19	14	—	01	116
SUB TOTAL	384	119	85	01	04	593

PROCESSOS JULGADOS:.....593
 SESSÕES REALIZADAS:
 ORDINÁRIAS.....32
 EXTRAORDINÁRIAS.....01

**JULGAMENTOS REALIZADOS - 1985
CÂMARA CRIMINAL**

DESEMBARGADORES	APELAÇÃO CRIME	RECURSOS DIVERSOS	CARTA TESTEMUNHÁVEL	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	DESAFORA- MENTO	RECURSO CRIME DE HABEAS CORPUS	TOTAL
Augusto de Souza Duque	54	13	—	—	—	03	06	76
Nelson Pereira de Arruda	77	22	01	—	01	02	02	105
Otávio Neiva Coêlho	78	14	01	01	01	02	—	97
Geraldo M. Dantas Campos	107	23	—	—	—	01	08	139
João David de Souza Filho	99	30	—	01	02	03	01	136
SUB - TOTAL	415	102	02	02	04	11	17	553

PROCESSOS JULGADOS: 553
 SESSÕES REALIZADAS
 ORDINÁRIAS.....: 36



DISCURSO DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PRESIDENTE

Pode-se viver no mundo uma vida magnífica,
quando se sabe trabalhar e amar;
trabalhar pelo que se ama, e amar
aquilo em que se trabalha (Tolstoi).

Ao término do nosso mandato, temos nós, hoje, a felicidade de, ao cabo de dois anos, repetir as mesmas palavras de quando proclamada a nossa eleição para Presidente desta Egrégia Corte e que, naquela ocasião, e muito mais agora, após dois anos de luta sem cessar, intenso labor material e intelectual, chegamos à evidência do acerto daquelas palavras de que recebíamos a chefia do Poder Judiciário como missão. E missão não se agradece; missão se cumpre.

Creemos nós, mercê de Deus, malgrado as nossas limitações, que tivemos a felicidade de, com a ajuda do bravo povo pernambucano, nos nossos primeiros pronunciamentos, ver compreendida a mensagem de um magistrado preocupado com o soerguimento do Poder Judiciário, nascido de Carta Magna advinda de uma Assembléia Nacional Constituinte e assentada em pilstras fincadas no sentido de assegurar ao homem a sua liberdade, acrescida da adoção fundamental de tecnicidade da economia, e nela "inseridos direitos inalienáveis e irrenunciáveis, tais como o da subsistência, do trabalho, da educação, da assistência e do ideal". Uma Constituição democrática, dentro de um Estado socialista com o objetivo de servir a todos. Nela o direito de propriedade esteja condicionado ao bem-estar social, dele resultando a distribuição de frutos e riquezas, respeitando o direito de propriedade e combatido o abuso deste.

Será imperioso que nesse Estado social democrático não viva a pessoa humana em função do Estado, mas muito ao contrário, dentro do maior consenso sociológico e divino, cabe ao Estado se comportar em função do homem, imagem e semelhança de Deus.

Busque o legislador constituinte inspiração na sabedoria mais que milenar do Imperador ADRIANO, que já se preocupava com a perigosa desvalorização da moeda e adotava, para o bem-estar do povo, soluções ainda hoje atualizadas, tais como a de realçar os males provindos do contraste entre homens "excessivamente ricos e outros desesperadamente pobres", além de expropriar a propriedade tornada latifúndio improdutivo, porque indiferente ao bem público.

Esse regime, renascido de uma Constituição democrática, há de trazer paz duradoura e harmonia social para a Nação brasileira.

Mas, para que essas transformações não estejam à mercê dos entrecosques dos embates dos partidos políticos, que defendem diferentes e antagônicas ideologias, há de nascer da Carta Magna vigente um Poder Judiciário forte, assentado em infra-estrutura material e funcional, assegurada total independência financeira e político-administrativa para auto-

gerir o seu governo; um Judiciário, Poder político apartidário que desça aos anseios do povo e que tenha condições de distribuir a prestação jurisdicional reclamada em todos os quadrantes da Nação brasileira.

O legislador constituinte deve assegurar, através de salvaguardas inseridas na própria Constituição, condições de que as garantias constitucionais outorgadas ao povo sejam uma realidade efetiva para não se tornarem um "mero diploma pendurado na parede em homenagem aos visitantes alienígenas".

Cuidamos que o legislador constituinte, para evitar reformas casuísticas, há de incorporar na futura Lei fundamental a norma de que toda e qualquer alteração na estrutura do Poder Judiciário será precedida da iniciativa ou audiência do Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça dos Estados.

Semelhante regra visa a evitar que tais conquistas não sejam nulificadas através de maiorias ocasionais, que, manipuladas momentaneamente pelos imensos meios de comunicação de massa, "passam a intimidar, persuadir, hipnotizar, contar mentiras e suprimir a verdade, transformando em derrota uma vitória conquistada pelo povo, porque à face os moderníssimos meios de comunicação", uma minoria atenta, não raras vezes, se torna perigosamente forte.

A preocupação do progresso material e moral há de estar sempre sob o controle da Justiça, para que os fortes não esmaguem os fracos. "O progresso sem justiça, segundo o emérito Professor COSTA PORTO, poderá significar bem-estar material, o cocho onde se servem javardos indolentes, nunca, entretanto, clima onde medrem e se agigantem as mais nobres criações do homem".

Meus senhores, minhas senhoras:

Temos vivido no mundo uma vida de alegria, porque temos dado ao Poder Judiciário do nosso Estado o melhor e mais nobre dos nossos ideais, renunciando a tudo, inclusive bens de fortuna, para amá-lo e sonhar com a sua exata posição dentro do quadro constitucional da fórmula de MONTESQUIEU, poder político apartidário, órgão da soberania nacional.

Homem de ação e de luta, reconhecemos que na vida do indivíduo, como na dos povos, existem momentos decisivos para os seus destinos. A história está cheia de exemplos, e um dos mais frisantes, tantas vezes repetido, está na antiga Roma. CESAR, um dos mais poderosos do triunvirato do Império mais poderoso de todos os tempos, não hesitou em lançar a sua e a sorte dos seus comandados quando as tropas estavam postadas à margem do Rubicon, ao receber a intimação do seu rival Pompeu.

Exercemos a Presidência do Tribunal como um desafio. E o homem, quer isoladamente, quer em conjunto na sociedade, somente vencerá os obstáculos surgidos a cada momento de sua vida se não vacilar em seu caminho e enfrentar com serenidade e resolução as dificuldades que se lhe antepõem.

Aquele que não luta pelo seu ideal é um vencido; é um inútil no seio da comunidade em que vive.

“O homem de caráter bem formado, segundo a lição do Professor VENERANDO DE FREITAS BORGES, reconhece o valor que tem, não porque lho digam os bajuladores de todos os quilates, e sim porque sabe que o mérito, dependendo, não raro, das posições, não se acha, por essa razão, aliado aos ouropéis das culminâncias do poder. Não se importa, por isso, com as injúrias que lhe atiram os invejosos, os doentes sociais, porque acima das baixezas mais pequeninas, põe a dignidade, o amor próprio, o sentimento de humanidade, que o fazem magnânimo para com os fracos e implácável para com os perturbadores da ordem”.

Nosso fascínio é a magistratura e o nosso ideal é o soerguimento do Poder Judiciário, para que, segundo o pensamento de MARSHALL, o grande juiz norte-americano, o mais querido e o mais importante cidadão da república compareça ao pretório em igualdade de condições com o mais humilde e odiado.

Estamos e vivemos a serviço da Justiça. Não esperamos qualquer retribuição nem privilégios, porque nos miramos na frase lapidar de JOÃO FERNANDES VIEIRA, “o guerreiro e o primeiro aclamador da liberdade e restauração de Pernambuco”, ao oferecer, em carta ao Príncipe Dom Pedro, a história da guerra holandesa no Brasil:

“Com esta dívida, ofereço a seus reais pés a memória do que em seu serviço obrou minha possibilidade, para que se restituam os efeitos a quem se devem os influxos. Aquelas águas que os rios levam ao mar não é serviço, é restituição”.

de seus juízes.

O povo, detentor do poder, deve conhecer o Judiciário e a vida

CALAMANDREI, o grande jurista italiano, com a sua sensibilidade e sabedoria, assim descreveu a imagem do juiz:

“Em certas cidades da Holanda, os lapidadores de pedras preciosas vivem em obscuras oficinas, ocupados todo o dia a pesar, em balanças de precisão, pedras tão raras, que bastaria uma só para os tirar da miséria. À noite, quando as entregam, faiscantes à força de polimento, a quem ansiosamente as espera, preparam serenamente, sobre aquela mesma mesa onde pesaram os tesouros alheios, a sua ceia frugal e parte sem inveja, com as mãos que lapidaram diamantes dos ricos, o pão da sua honesta pobreza”

Assim é a vida do juiz!

Eis que chegamos ao final desse momento de emoções agradáveis e de recordações que deixam imorredouras saudades.

Sentimos, ao assumir a Presidência desta sesquicentenária Corte, se bem que distinguidos pela honrosa missão, o peso da responsabilidade e indifarável apreen-

ção, eis que estávamos certo de que nos aguardavam "penosas tarefas, árduos trabalhos, longo sofrimento"

Despojamo-nos de total e completo abandono de quaisquer reivindicações ou interesse de ordem pessoal e abraçamos humildemente a execução da rude tarefa que nos foi confiada.

Desembargador CLÁUDIO AMÉRICO DE MIRANDA:

Transmitimos a Vossa Excelência o cargo de Presidente desta Egrégia Corte com a mesma alegria, o mesmo entusiasmo e a mesma esperança do momento em que o recebemos das mãos honradas e firmes do inteligente e culto Desembargador GABRIEL LUCENA CAVALCANTI.

Alegra-nos reconhecer em Vossas Excelências, Desembargadores - CLÁUDIO AMÉRICO DE MIRANDA e DEMÓCRITO RAMOS REINALDO, Vice-Presidente, a exemplo do nosso antecessor, homens que não disputam elevadas posições em busca de valorização pessoal.

Evidentemente que os cargos não valorizam o homem. Os homens são quem valorizam os cargos.

Quando o homem tem valor, a posição vale, e se não o tem a posição que ocupa desce até o nível do seu merecimento pessoal.

Deixamos aqui o registro do nosso penhor à dedicação e colaboração do seu excelente corpo de funcionários do Tribunal, dedicado e leal, mas, infelizmente, de remuneração aviltante, cuja solução não foi possível no curto período de nossa administração.

Acreditamos piamente que, em curto espaço de tempo, o eminente Secretário da Fazenda, bastante sensível ao problema, encontrará o caminho adequado para atender ao pleito mais que justo dos servidores do Judiciário.

Esperamos que Vossa Excelência, Des. CLÁUDIO AMÉRICO DE MIRANDA, em pouco tempo, obtenha a efetivação desse meu plano de governo, eis que estamos certo de que contará com o decisivo apoio do Exmo. Sr. Governador do Estado e da Colenda Assembléia Legislativa, poderes que já se sensibilizaram com o magno e crucial problema, vindo, assim, a ser corrigida uma das inúmeras distorções que afligem os servidores do Poder Judiciário.

Excelente foi o relacionamento do Judiciário com os outros dois Poderes.

Do Chefe do Executivo, Professor ROBERTO MAGALHÃES, homem público de projeção nacional, e de seus assessores, indistintamente, recebemos o mais decisivo apoio para o êxito de nossa administração. Deles, pela frequência de maior contato, podemos destacar as figuras cativantes e corretas dos Secretários da Justiça, Professor Isaac Pereira da

Silva e Gilberto Marques Paulo; do Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Otávio de Melo Cavalcanti; dos Secretários da Segurança Pública, Drs. Carlos Moura de Moraes Veras e Mauni Antonio Figueiredo; dos Comandos da Polícia Militar, Coronéis Walter Benjamin e Nelsón Lucena.

Se tudo não conseguimos, dada a exiguidade do tempo e a precária infra-estrutura material e funcional do Judiciário, máquina desatualizada e que necessita de urgente reforma e não a deforma resultante do advento da Emenda Constitucional nº. 07 e a chamada Lei Orgânica da Magistratura Nacional, chamamos a nós o mérito de que, com o bombardeio diário, sem cessar, durante 24 horas do dia, e por todo o mandato, do grito de desespero pelo soerguimento do Poder Judiciário para atender aos reclamos do povo que tem sede de justiça, voz desautorizada, que, dada a projeção de Pernambuco, se fez ouvir em todos os quadrantes do País.

Conseguimos realizar o concurso de juiz de Direito e preencher inúmeras comarcas vagas no Estado.

Foi efetivado o convênio para a implantação do serviço de informática no primeiro e segundo graus de jurisdição.

Construíram-se, reconstruíram-se e remodelaram-se inúmeros fóruns e prédios de cadeia pública.

Instalaram-se as Varas da Assistência Judiciária do Recife e as Comarcas de Lagoa dos Gatos, Sanharó, Jurema, Condado e Cumaru e vários fóruns e cadeias, com instalações condignas, foram inaugurados na nossa administração.

Cerca de 50 fóruns aguardam conclusão da obra para instalação na administração que se inicia.

Os serviços judiciais da Capital foram oficializados e a Lei prevê a oficialização dos serviços judiciais de todas as comarcas do interior.

Enviamos ao Exmo. Sr. Governador mensagem criando as Comarcas de Camarajibe e Abreu e Lima e inúmeras Varas para as Comarcas de Olinda, Jaboatão, Paulista, Cabo, Caruaru, Petrolina, entre outras.

Sensibilizamos o Governador para corrigir os vencimentos dos magistrados, sempre defasados por força da galopante espiral inflacionária.

Nosso gabinete era aberto ao povo e estabelecemos um expediente gigante.

Defendemos o Judiciário para que todos os segmentos da sociedade entendessem a sua precípua finalidade constitucional em todo o território do Estado e nas Capitais dos Estados co-irmãos para onde fomos chamados para falar da crise que grassa no Poder Judiciário.

Recebemos dos Comandos das Forças Armadas o mais fidalgo dos tratamentos.

Na área civil, prestigiado foi o Poder Judiciário pelos serviços públicos federais.

Dos Prefeitos municipais e Presidentes de Câmaras recebemos cativante acolhida e incondicional apoio, dentre muitos deles nasceu um relacionamento pessoal de sólida amizade.

Tocante foi a acolhida do homem do povo para com o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, dele recebendo, em qualquer parte do território do Estado, calorosa demonstração de respeito e afeto.

Agora, o nosso agradecimento a Edileuza, mãe dos nossos filhos. Lúcia e Libânio, que se integrou de corpo e alma à nossa jornada de trabalho, renunciando a nossa presença no lar, porque não tivemos direito a lazer durante o desempenho do mandato de Presidente.

Partiu dela a iniciativa de aproximar a administração com os funcionários do Tribunal.

Inspirou-nos Edileuza a pregação da paz e do amor, e foi essa a trajetória da nossa administração.

Estamos convencidos de que não nos faltaram o equilíbrio e o bom senso necessários para a boa administração da Justiça.

E se, agora, ao término do nosso mandato, não tivéssemos realizado muito ou quase tudo a que nos propusemos, poderíamos, para conforto interior, recitar versos de TELLY SOREK, criança israelense de 12 anos:

“Eu tinha uma caixa de pintura
Com cores brilhantes e arrojadas
Eu tinha uma caixa de pintura,
Algumas cores quentes e outras
muito ousadas,

Não tinha vermelho para
o sangue das feridas.

Não tinha preto para a
tristeza do órgão.

Não tinha branco para as
mãos e faces mortas.

Não tinha amarelo para
as areias ardentes

Mas eu tinha laranja para
a alegria de viver

E tinha verde para os

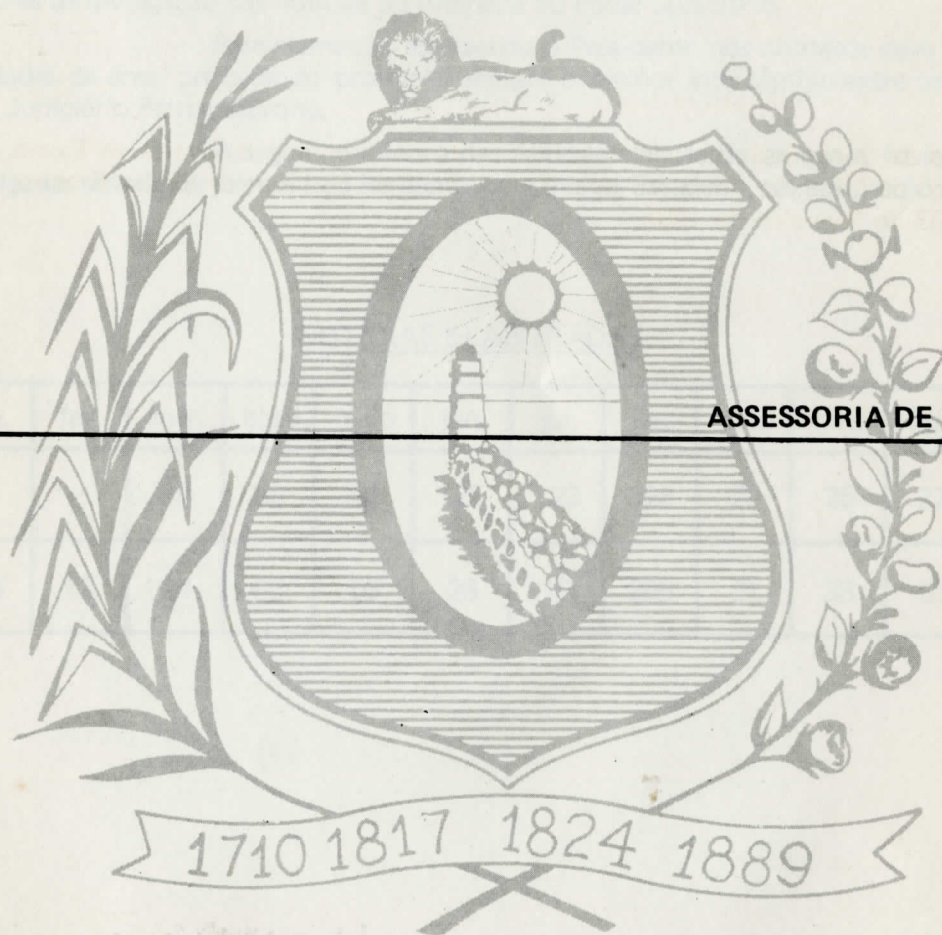
botões e os ninhos.
Tinha azul para os céus claros
e brilhantes.
Tinha cor de rosa para os sonhos
e o descanso

Sentei-me
E pintei
A paz.

Muito obrigado.

Discurso de transmissão do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça ao Exmo. Sr. Des. Cláudio Américo de Miranda, proferido pelo Exmo. Sr. Des. Benildes de Souza Ribeiro, na Sessão Solene de 03 de fevereiro de 1986.

BIBLIOTEC
ESMAP



ASSESSORIA DE IMPRENSA

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa, cuja criação inseriu-se no Projeto de Lei nº.916, encaminhado em 1985, à Assembléia Legislativa, onde tramita, vem funcionando, de fato, desde março de 1984, sob a responsabilidade da jornalista Helena Maria Ribeiro Fernandes, incumbindo-se da divulgação das notícias do interesse do Poder Judiciário.

Paralelamente, assessorou o Presidente nos contatos com a imprensa e nas atividades da área, procurando promover sempre o melhor intercâmbio entre os órgãos noticiosos e o Judiciário Pernambucano.

A seguir, o quadro das notícias elaboradas, as quais, na sua maioria, foram divulgadas através de jornais (de Pernambuco e outros Estados), revistas, rádio e televisão.

NOTÍCIAS ELABORADAS

	jan.	fev.	mar.	abril	maio	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
1984	—	—	39	50	60	125	123	528	23	25	22	19	1014
1985	23	13	24	62	56	28	19	268	21	33	51	48	656



ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR

ASSISTÊNCIA POLICIAL MILITAR

Em maio de 1985, através do Projeto de Lei nº.619, em tramitação pela Assembléia Legislativa, foi proposta a criação da Assistência Policial Militar enfeixando as atribuições do Serviço de Segurança (art. 66 do Regimento aprovado pelo Decreto Judiciário nº. 01/73).

Em seu funcionamento de fato, a partir de maio de 1984, esteve sob a responsabilidade do então Major PM José Lázaro de Souza, substituído em dezembro do mesmo ano pelo Major PM Antonio Alberto da Silva. Além de seu precípua encargo de velar pela segurança do Tribunal de Justiça e do Fórum Paula Batista e de manter o bom relacionamento entre o Judiciário e autoridades militares em geral, prestou assessoramento na recepção de autoridades, acompanhando o Chefe da Corte de Justiça em cerimônias e eventos de representação do Tribunal.

ESMAPE - BIBLIOTECA

340.047

T822r

OL

CONSULTA

